



DATA DA REUNIÃO: OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG. ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E DEZ MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08/SETEMBRO/2010 – ACTA Nº 19

ORDEM DO DIA

- 1 – Justificação das faltas dos Senhores edis às reuniões agendadas para os dias 11 e 25 de Agosto de 2010
- 2 - Aprovação da acta da última reunião ordinária (28/07/2010)
- 3 – Acordo celebrado entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a sociedade Indagua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. tendo por objecto convencionar os princípios subjacentes às alterações a introduzir ao Contrato de Concessão da exploração e gestão do serviço público municipal de abastecimento de água, com vista à apresentação da candidatura pela Indagua ao Programa Operacional da Região Norte ON-2: Ratificação
- 4 – Alteração ao Protocolo aprovado em reunião camarária de 30/6/2010 – Protocolo com a sociedade Planeta Informático Lda: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 5 – Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença, tendo por objecto assessoria jurídica: parecer previsto no n.º 1 do artigo 6º do DL 209/2009, de 03 de Setembro
- 6 – Contrato de Financiamento celebrado entre o município de Santo Tirso e o Programa Operacional Regional do Norte – ON-2, tendo por objecto a operação designada “Qualificação dos Níveis de Serviço da Rede de EENN e EEMM – Santo Tirso: Ratificação
- 7 – Contrato de Financiamento celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON-2) e o município de Santo Tirso, tendo por objecto a operação designada “A Biblioteca Municipal de Santo Tirso – Preservação e Divulgação da Memória Local”: Ratificação

- 8 – Contrato de Financiamento celebrado entre o Programa Operacional Regional do Norte – ON-2 e o município de Santo Tirso tendo por objecto a operação designada “Mobilidade Urbana Sustentável”: Ratificação
- 9 – Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias”: Declaração da Câmara Municipal a atestar que, tecnicamente, os “elementos da solução da obra a realizar apresentados a concurso são os necessários e suficientes à boa execução da obra”: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 10 – Empreitada: “Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado”: Aprovação da minuta do contrato: Ratificação de despacho do Vice-Presidente da Câmara
- 11 – Contrato de Comodato celebrado entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe e o Município de Santo Tirso: Ratificação
- 12 – Protocolo de Geminação entre o Município de Santo Tirso e a Ville de Saint – Péréay: Aprovação
- 13 – Protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos, tendo por objecto o fornecimento de refeições às crianças que frequentam o 1.º Ciclo das Escolas de Giestal II, Mourinha e Santo António: Aprovação
- 14 – Acordos de colaboração a celebrar entre o Município de Santo Tirso e os Agrupamentos de Escolas de Santo Tirso, Agrela e Vale do Leça, Ave, S. Martinho do Campo e Escola Básica Integrada de Aves/S. Tomé de Negrelos, tendo por objecto o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular, para o ano lectivo 2010/2011: Aprovação

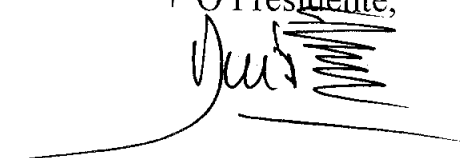
15 - Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves: Pedido de subsídio para aquisição de uma Viola d'Arco

16 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 03 de Setembro de 2010

! O Presidente,

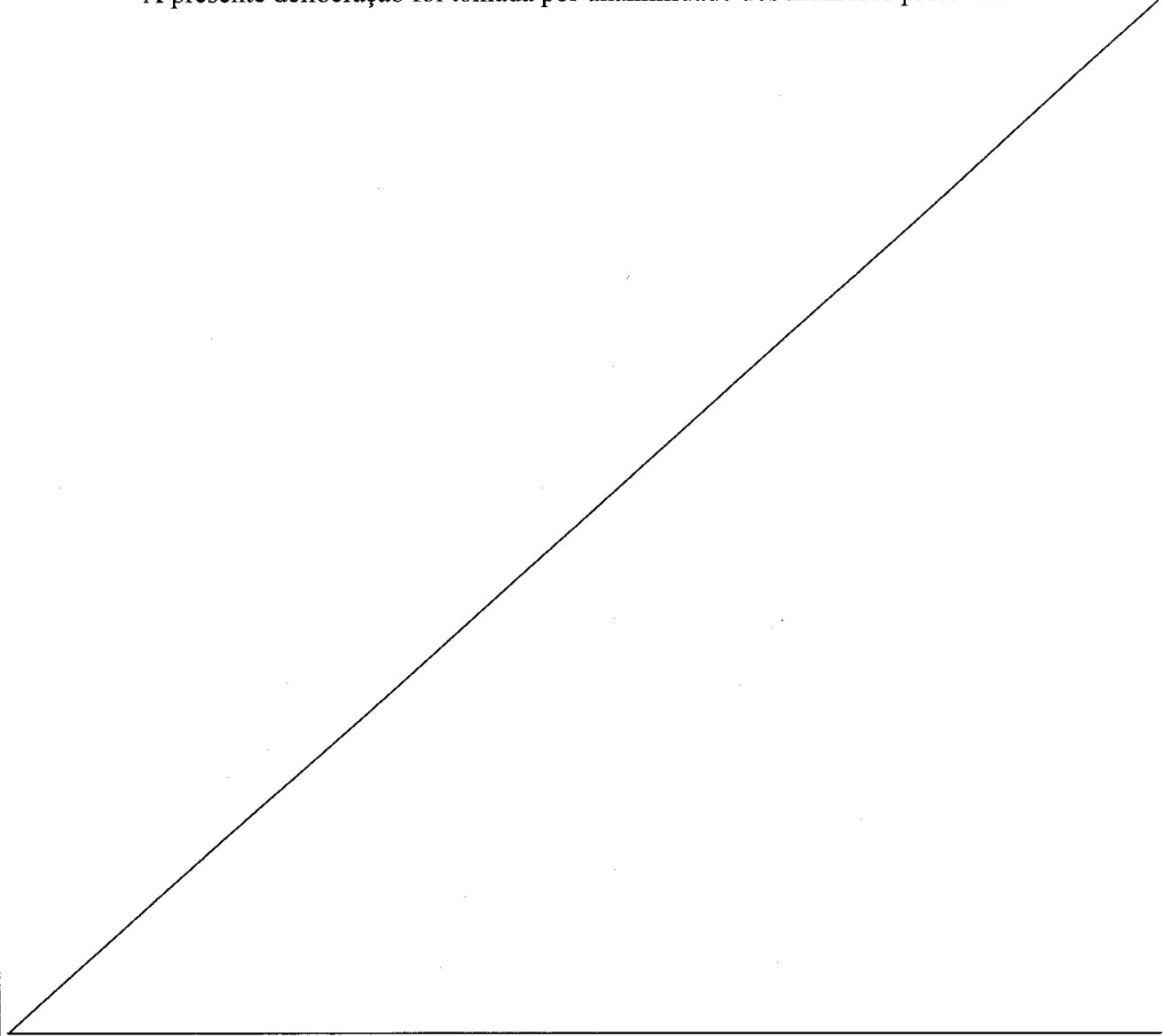




**1. JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS DOS SENHORES EDIS ÀS REUNIÕES
AGENDADAS PARA OS DIAS 11 E 25 DE AGOSTO DE 2010-----**

A câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberou justificar as faltas dos senhores edis que não compareceram às reuniões agendadas para os dias onze e vinte e cinco do mês de Agosto findo.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade dos membros presentes na reunião.---





2. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (28/07/2010).---

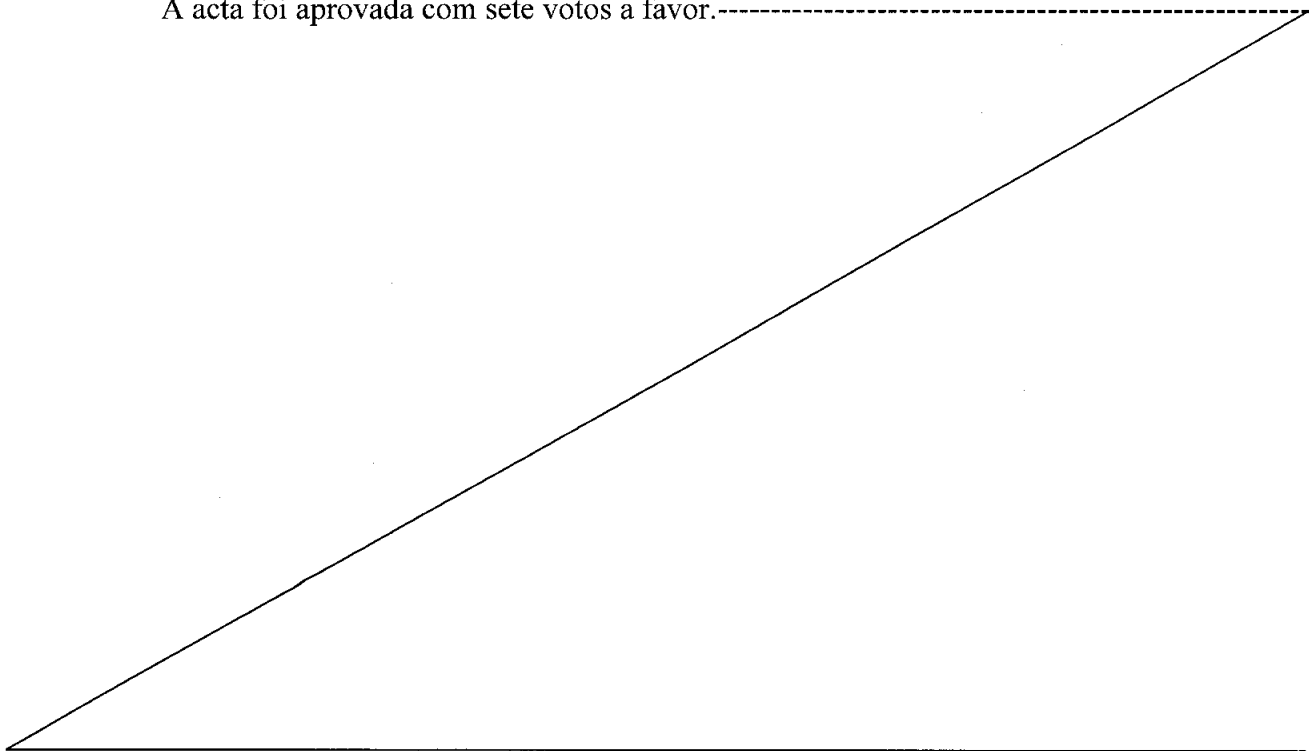
Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e oito de Julho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Pelo Senhor Presidente foi referido que na acta daquela reunião, a folhas vinte e duas da mesma, a propósito do item nove, relativo à “Discoteca Ferreirinha” foi corrigido um erro que consta da respectiva minuta, no sentido de que onde se lê “tendo a mesma sido julgada improcedente e transitado em julgado” ficou a constar da acta “tendo a mesma sido julgada improcedente”.-----

O erro constante da minuta é notório, pois resulta da informação referida na mesma, registada com o número oito mil trezentos e oitenta, que os interessados recorreram da decisão judicial, recurso que ainda não foi decidido, mas ao qual foi atribuído efeito meramente devolutivo. --

Após apreciação da referida acta, com a referida correcção, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





3. ACORDO CELEBRADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E DA TROFA E A SOCIEDADE INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A. TENDO POR OBJECTO CONVENCIONAR OS PRINCÍPIOS SUBJACENTES ÀS ALTERAÇÕES A INTRODUIR AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COM VISTA À APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA PELA INDAQUA AO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO NORTE ON-2: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Acordo acima referido, o qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por vinte folhas e um CD, no qual são estabelecidos os princípios subjacentes às alterações a introduzir ao contrato de concessão da exploração e gestão do serviço público municipal de abastecimento de água no concelho de Santo Tirso, outorgado entre as partes em vinte e oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, no que se refere ao Plano de Investimentos, para efeitos da apresentação da Candidatura pela Indaqua Santo Tirso/Trofa ao Programa Operacional da Região Norte ON-2, no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse reconhecer os benefícios para o Município de Santo Tirso na celebração do presente Acordo e remetê-lo à Assembleia Municipal para ratificação.-----

Antes do assunto ser posto a votação, pelos Senhores edis eleitos inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimentos:-----

“Relativamente ao loteamento do Facho, freguesia de Agrela, gostaríamos de saber quem assegura o abastecimento de água em baixa.-----

Gostaríamos também de saber quando termina o prazo para cumprimento integral do Plano de Investimento integrado no contrato de concessão celebrado entre o município de Santo Tirso e a Empresa Indaqua Santo Tirso/Trofa.-----



Uma terceira questão, prende-se com a pretensão de saber quais os motivos que impediram a câmara de obrigar a empresa Indaqua a cumprir o contrato que livremente celebrou com o Município de Santo Tirso".-----

Em resposta, pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista foram prestados os seguintes esclarecimentos:-----

"O Presente Acordo, presente a esta reunião constitui já uma resposta quer aos problemas levantados quer à forma de os resolver.-----

A alínea i) dos considerandos e todas as restantes alíneas são a justificação do modelo adoptado que permite que a Indaqua Santo Tirso / Trofa se candidate ao ON-2 e que visa resolver os problemas existentes, pelo que, quer o Município de Santo Tirso quer o Município da Trofa entenderam que a apresentação desta candidatura era a solução do problema.-----

No que se refere às redes existentes actualmente estas são no âmbito da concessão existentes".-----

Pelos Senhores Vereadores edis eleitos na lista do Partido Social Democrata foi efectuada, de seguida, a seguinte declaração:-----

"Tendo em conta a possibilidade que o município tem, de acordo com as regras do QREN, de obter apoios comunitários para infraestruturação, de rede em baixa, propomos que o município, através do SMAES, chama a si a responsabilidade para todas as freguesias do Vale do Leça".-----

Posto o assunto a votação, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata os quais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

"Os Vereadores do Partido Social Democrata entenderam votar desfavoravelmente esta proposta de ratificação do Acordo celebrado com a empresa Indaqua Santo Tirso/Trofa, por várias ordens de razão.-----



1ª Este acordo consubstancia de forma clara e preocupante um prémio atribuído à empresa Indaqua pelo incumprimento do contacto de concessão, nomeadamente no que respeita ao Plano de Investimento que, no que julgamos saber expirou no 1º semestre de 2007, ou seja há cerca de três anos.-----

2ª Temos óbvias dúvidas sobre a legalidade e a transparência desta operação. Dúvidas que não são susceptíveis de ser percebidas neste documento que não foi apresentado.-----

3ª A Indaqua Santo Tirso/Trofa que pertence a um grande grupo económico – Mota Engil – é uma entidade que prossegue fins lucrativos, fins estes associados ao risco e que neste Protocolo vê o risco relegado para segundo plano, já que o alargamento da concessão da rede de água às freguesias do Vale do Leça, ou seja, a eficácia deste protocolo ficaria condicionada à hipotética aprovação do financiamento do ON -2 no âmbito do IV – Quadro Comunitário de Apoio, o que significa basicamente que a Indaqua só terá que cumprir este Acordo se conseguir este financiamento, não se sabendo o que acontecerá aquela zona do concelho.-----

Por último, entendemos que as empresas privadas não podem nem devem beneficiar de protecções especiais que, indiscutivelmente, colidem com os interesses públicos como é o caso em apreço”.-----

Também pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente o presente Acordo ou a ratificação do presente Acordo, porque entendemos que esta é, no presente, a melhor forma de resolver a questão de abastecimento de água e baixa ao Vale do Leça.-----

Com este verdadeiro “documento de conforto” para a candidatura aos fundos comunitários por parte da Indaqua, estão reunidas as condições legais e de transparência previstas nos regulamentos do QREN para a hipótese de aprovação desta reformulação e alargamento do contrato de concessão.-----



O Plano de Investimentos era o que era, e tendo em conta a já referida alínea i) dos considerandos, não resta, no presente, outra alternativa que a de dar continuidade ao modelo de concessão inicial onde já estava previsto o alargamento nos termos do concurso público então efectuado.-----

Modelos alternativos que visem o regresso à origem, sabemos que estão, à partida, inviabilizados, dado que o modelo de financiamento adoptado visava que o investimento fosse feito por uma empresa e, com isto, não se sobrecarregasse o orçamento do Município.-----

È bom que nos lembremos que uma candidatura, por parte dos Serviços Municipalizados de Água Electricidade e Saneamento, obrigaria a que existisse uma contrapartida municipal que iria retirar verbas ao previsto nos orçamentos municipais, quando, praticamente, todos os municípios da região adoptaram o modelo perfilhado por Santo Tirso.-----

Coloca-se-nos também a questão da eventual hipótese de não aprovação da candidatura, como sucede em todas as candidaturas ao QREN. Aí, o que vigorará será o contrato de concessão existente. E para finalizar esclarecemos que, no caso de não resultar a proposta agora apresentada, certamente que, no âmbito das atribuições dos municípios, teremos uma solução alternativa para a resolução do problema”.-----

De seguida, procedeu-se à votação da proposta apresentada pelos senhores vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, consubstanciada na Declaração atrás transcrita.-----

A proposta foi reprovada com dois votos a favor e cinco votos contra.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a declaração de voto que a seguir se reproduz:-----

“O PSD votou favoravelmente a sua proposta, pelas seguintes razões:-----

O Município de Santo Tirso, face à actual legislação que permite candidaturas do QREN para infraestruturação da rede de águas em baixa, o que não aconteceu nos quadros comunitários anteriores, tinha aqui uma grande oportunidade para com estes fortes apoios comunitários, infraestruturar todas as freguesias do Vale do Leça e não ficarem os cidadãos daquela zona do



concelho, reféns da iniciativa privada que, no caso de Santo Tirso e no que respeita à Indaqua, não oferece garantias de cumprimento dos contratos que livremente celebrou.-----

Nota-se que o incumprimento do Plano de Investimento às freguesias objecto da concessão, segundo julgamos saber, expirou no 1º semestre de dois mil e sete.-----

O PSD, uma vez mais, assume a sua preocupação para com esta zona do concelho que continua a ver, sucessivamente adiadas as promessas de instalação da rede pública de água.-----

Por último, o PSD entende que o Município deve agarrar esta oportunidade. Não podemos continuar a perder oportunidades para a preservação do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos”.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto relativamente à proposta apresentada pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata:-----

“Votamos, contra a proposta apresentada pelos senhores vereadores do PSD, porque ela contradiz o Acordo que acabamos de aprovar com os considerandos que justificam e com a declaração que apresentamos anteriormente.-----

A Infraestruturação do Vale do Leça é para nós uma prioridade e, por isso temos executado obras muito importantes como o emissário do Vale do Leça, as redes de Esgotos de Agrela e Água Longa e o próprio abastecimento de água em alta, cuja conduta principal já está feita até Água Longa.-----

É sabido que estamos em processo de conclusão das referidas infraestruturas e para isso tínhamos de optar por dois modelos, ou executávamos o modelo previsto na concessão inicial com imputação total dos custos à empresa concessionária ou avançávamos para o modelo antigo com financiamento a partir do orçamento municipal.-----

Entendemos que a melhor solução era a adoptada no concurso público e já aplicada ao resto do concelho.-----

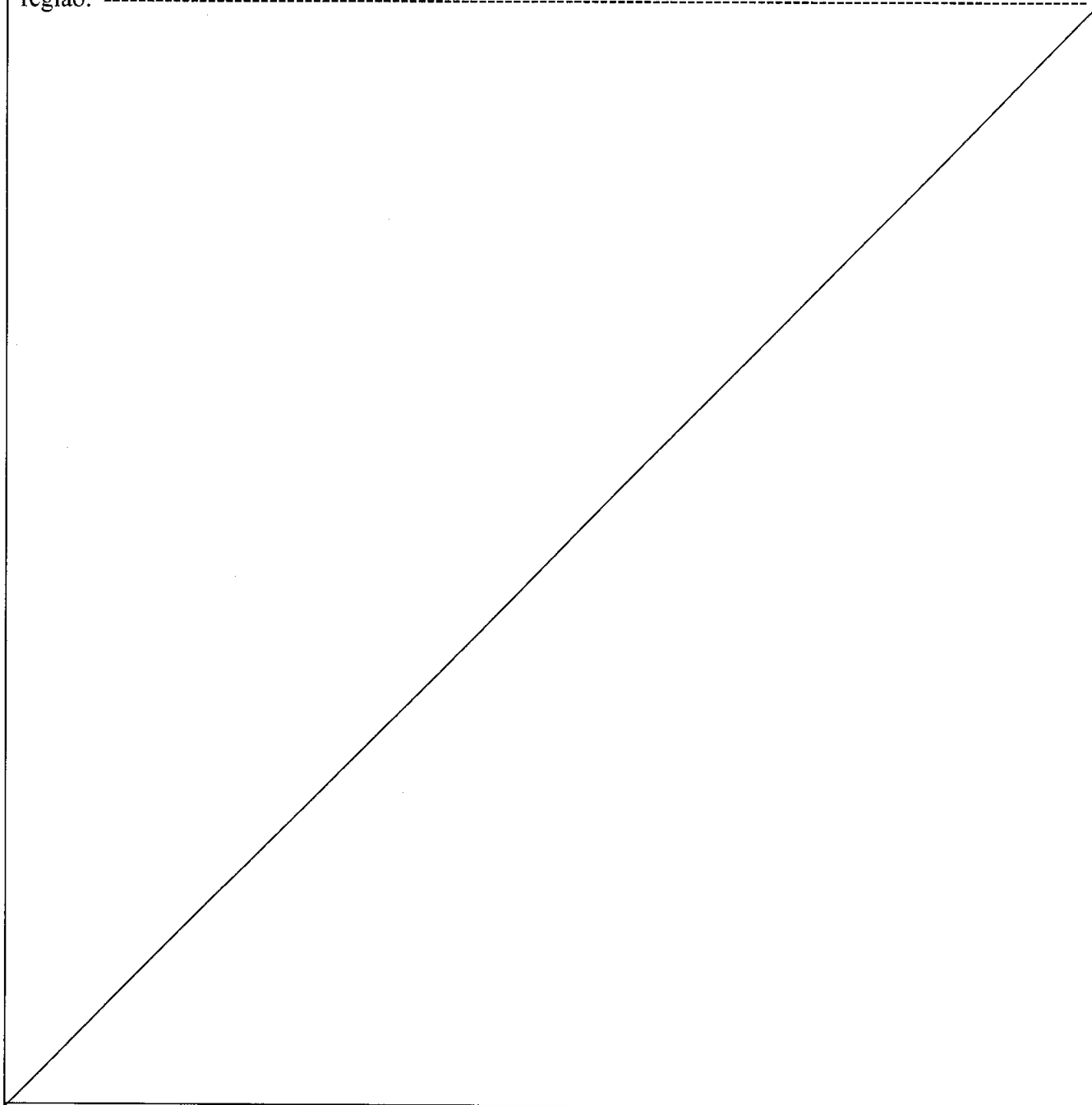


A handwritten signature in the top right corner of the page.

A handwritten signature in the upper right area of the main text block.

Nem seria usual que depois de concessionada a rede de águas viéssemos, agora, criar uma mini-rede autónoma para algumas freguesias do concelho.-----

Resultariam daí custos acrescidos que não se justificam no momento actual e que não correspondem minimamente ao modelo adoptado por, praticamente, todos os municípios da nossa região.”-----





4. ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO APROVADO EM REUNIÃO CAMARÁRIA DE 30/06/2010 – PROTOCOLO COM A SOCIEDADE PLANETA INFORMÁTICO LDA : RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de cinco de Agosto findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha, que decidiu aditar o número quatro ao artigo 4º do Protocolo acima referido, aprovado em reunião de câmara de trinta de Junho último (item sete da respectiva acta).-----

Anexa-se também à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por doze folhas, o Protocolo assinado no dia seis do mês de Agosto findo, já com a redacção resultante das alterações introduzidas pelo referido despacho do Presidente da Câmara.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da Câmara Municipal que decidiu, com cinco votos a favor, ratificar o mesmo.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, os quais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Por uma questão de coerência, os vereadores do PSD não podiam votar de forma diferente, já que, na reunião que lançou o primeiro Protocolo, explicou os motivos que para nós continuam válidos. No entanto, não queremos deixar de manifestar a nossa preocupação pelo facto das acções de formação sustentadas neste Protocolo estarem a ser encaminhadas selectivamente, para determinadas freguesias do concelho.-----

E que, questionada esta legítimas preocupação, não obtivemos qualquer esclarecimento”.

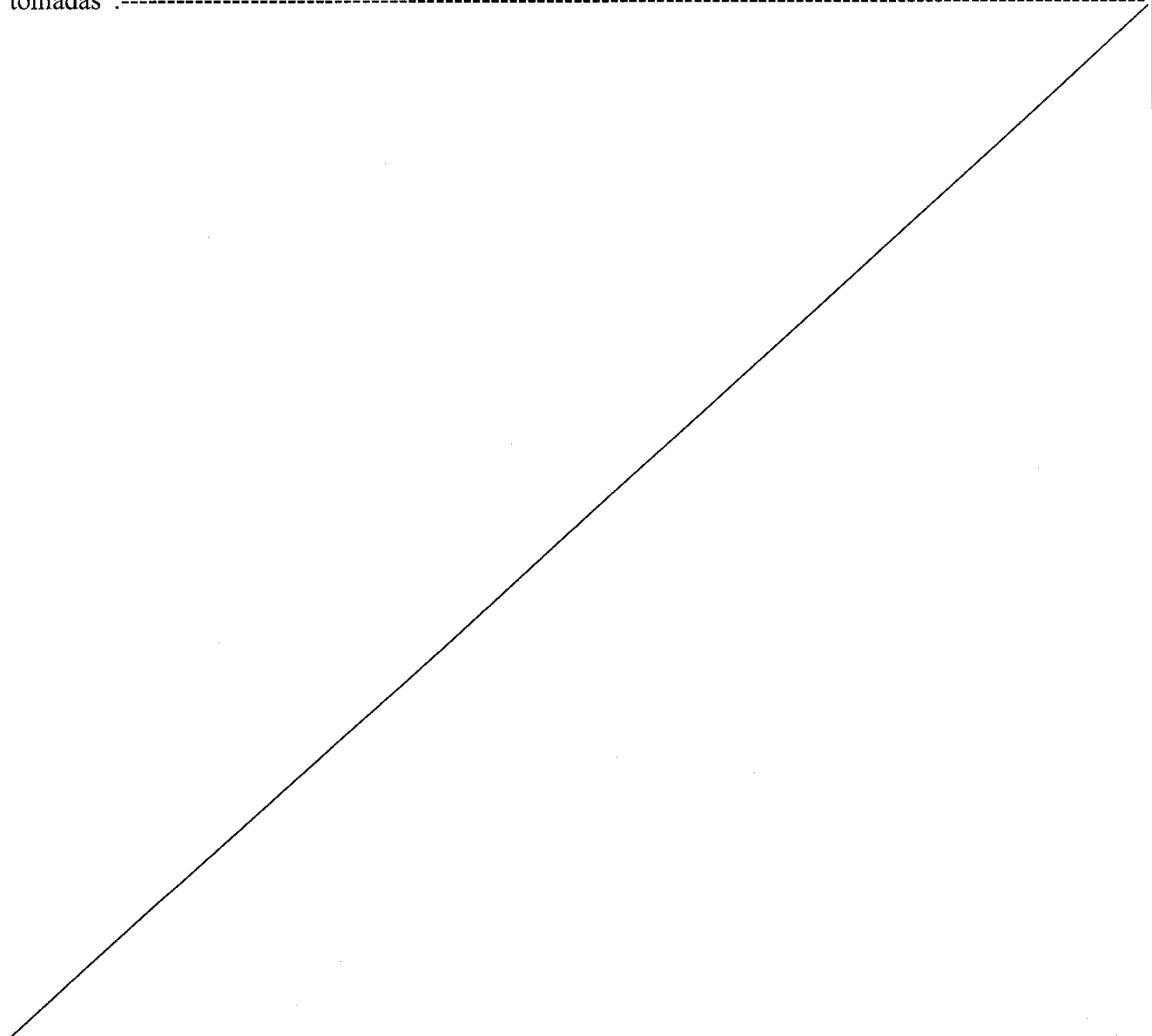
Também pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a declaração de voto que a seguir se reproduz:-----

“Votamos favoravelmente as alterações a este Protocolo e votamos convictamente porque já tínhamos aprovado a candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano.-----



Estamos convictos que ao avançarmos com esta acção, contra a qual votaram os vereadores do PSD, estamos a dar corpo a um objectivo estratégico que vai envolver, aproximadamente quatrocentos e cinquenta pessoas. E, esse, é que é um dado estratégico.-----

Refutamos completamente a declaração provocatória dos senhores vereadores do PSD que, sem concretizar absolutamente nada, se limitaram a especular sobre resoluções que não foram tomadas”.-----



DESPACHO

16



**Alterações à minuta do Protocolo aprovada em reunião de Câmara/de
30/06/2010 – Sociedade Planeta Informático, Lda.**

Em execução do Protocolo de Colaboração celebrado em 30 de Outubro de 2009 entre o Município de Santo Tirso e a sociedade Planeta Informático, Lda., veio a ser aprovada em reunião da Câmara Municipal de 30 de Junho último (item 8 da respectiva acta) a minuta do Protocolo a celebrar com a sociedade atrás referida, para execução do Projecto identificado na cláusula primeira da minuta do Protocolo anexa à acta daquela reunião de Câmara (Anexo IV);

No nº 2 da cláusula quarta da mesma minuta dispõe-se que "*Os valores aprovados na candidatura serão atribuídos de forma a remunerar as várias entidades intervenientes.*";

No entanto, não ficou clarificado naquele Protocolo o montante da remuneração devida à sociedade Planeta Informático, Lda. pela execução das obrigações da sua responsabilidade em cumprimento do convencionado, quer a sua execução seja assegurada directamente pela referida sociedade, quer por terceiros;

Considerando que é urgente a celebração do Protocolo para que possam ser cumpridos os prazos de execução física e financeira, previstos na candidatura aprovada, cujas condições de aprovação foram aceites pela Câmara Municipal em reunião de 19 de Maio último (item 7 da respectiva acta);

Considerando, face ao período de férias em curso, a dificuldade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal;

Ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido aditar um nº 4 ao artigo 4º daquele Protocolo, que ficará com a seguinte redacção:

"Artigo 4º

Custos do projecto

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – Os valores máximos a facturar pela sociedade Planeta Informático ao Município de Santo Tirso são os previstos no orçamento que se anexa ao presente Protocolo e que dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais (Anexo II), nele designados como "*Valor a facturar pela PI*", sendo facturados e pagos parcelarmente à medida da execução do Projecto de Formação identificado no nº 1 do artigo 1º."

Remeta-se ao Centro Novas Oportunidades para efeitos de elaboração do Protocolo em conformidade com a alteração agora aprovada, e cópia à Divisão de Gestão Financeira para efeitos de cabimentação.

Remeta-se à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso, 5 de Agosto de 2010

O Presidente,



Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

eic
ISO 9001
certificação
acreditada

Serviços de Oport. e Aprendizagem
Acção Social e Aprendizagem
Gestão e Actividades de Gestão
Administrativas, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Contábil

M.021GR



5. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA, TENDO POR OBJECTO ASSESSORIA JURÍDICA: PARECER PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 6.º DO D.L. 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO-----

Presente informação de vinte e oito de Julho último, da Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente, registada com o número oito mil seiscentos e sessenta e três, a propor o início de procedimento por ajuste directo para a celebração de um contrato de prestação de serviços tendo por objecto a consultadoria jurídica e a prática de outros actos próprios da advocacia, com o Dr. António José Marques de Andrade, advogado.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando que o volume de processos judiciais em que o Município de Santo Tirso é parte justificam a contratação, em regime de avença, de advogado para o exercício da actividade de patrocínio judiciário;-----

Considerando que faz igualmente parte do âmbito do exercício da advocacia a prática de consultadoria jurídica;-----

Considerando que o prosseguimento das atribuições municipais beneficia em grande medida da consultadoria jurídica prestada por quem tenha a prática da advocacia, face à experiência e conhecimentos acrescidos que essa actividade proporciona;-----

Considerando que o exercício da advocacia é incompatível com a constituição de qualquer relação jurídica de emprego público;-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável relativamente à verificação do requisito previsto na alínea a) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para efeitos de celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de avença, com o Dr. António José Marques de Andrade, tendo por objecto o patrocínio judiciário e a prática de outros



actos próprios do exercício da advocacia, devendo o respectivo procedimento de contratação observar o regime legal da aquisição de serviços previsto no Código da Contratação Pública.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, os quais apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

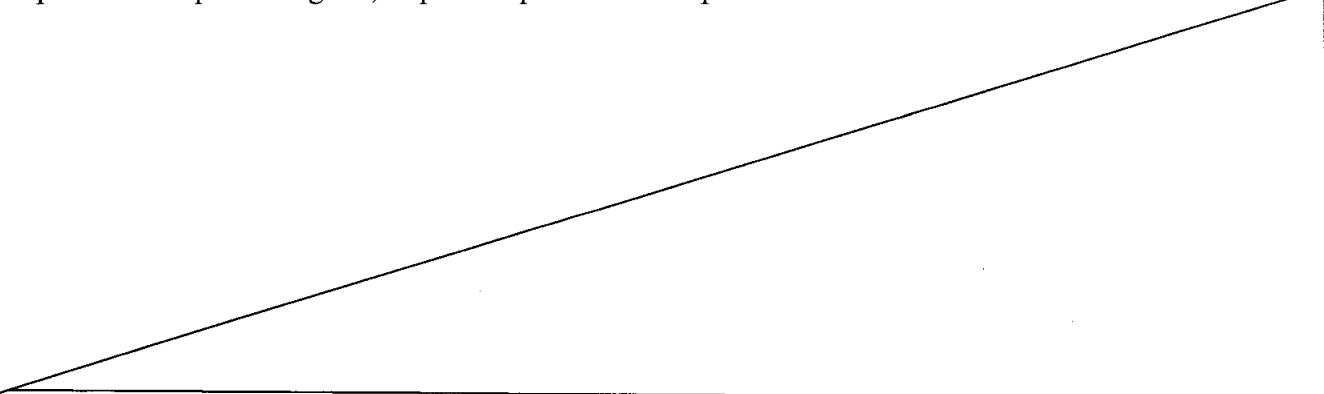
“Os Vereadores do Partido Social Democrata votam desfavoravelmente esta proposta, porque entendem que, no actual quadro de situação financeira, e porque o Senhor Presidente da Câmara anunciou o PEC Municipal, não deveremos onerar o orçamento municipal com contratação de novos acessórios inflacionando as despesas correntes.-----

Entendemos que todos os esforços da câmara municipal devem centrar-se exclusivamente, nas despesas de capital, porque são estas que contribuem de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a dinâmica económica local.-----

Pensamos que a câmara já tem os necessários recursos para dar resposta aos problemas que lhe são colocados”.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente o assunto em concreto com base nos considerandos apresentados, e tendo em conta a reconhecida competência técnica e capacidade de trabalho do Dr. Marques Andrade, acrescido do facto de que, junto dos tribunais em alguns processos, temos de ser representados por advogado, o que não pode ser feito pelos funcionários da câmara”.-----





6. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) PARA FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “QUALIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO DA REDE DE EENN E EEMM – SANTO TIRSO”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de quinze de Julho último, da Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte, registado com o número nove mil e quarenta, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia dezasseis de Julho último, que tem por objecto financiar a operação designada por “Qualificação dos níveis de serviço da Rede de EENN e EEMM – Santo Tirso”.-----

O custo elegível da operação é de 134.296,36€ (cento e trinta e quatro mil duzentos e noventa e seis euros e trinta e seis cêntimos), que representa uma comparticipação FEDER de 70%, que perfaz 94.007,45€ (noventa e quatro mil e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por dez folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----



7. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) PARA FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação do Departamento de Planeamento e Habitação, de dez de Agosto findo, registada com o número nove mil e oitenta e dois, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia quinze de Julho último, que tem por objecto financiar a operação designada por “A Biblioteca Municipal de Santo Tirso: Preservação e Divulgação da Memória Local”.-----

O custo elegível da operação é de 62.791,60€ (sessenta e dois mil setecentos e noventa e um mil euros e sessenta centimos), que representa uma comparticipação FEDER de 80%, que perfaz 50.233,28€ (cinquenta mil duzentos e trinta e três euros e vinte e oito centimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por sete folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----



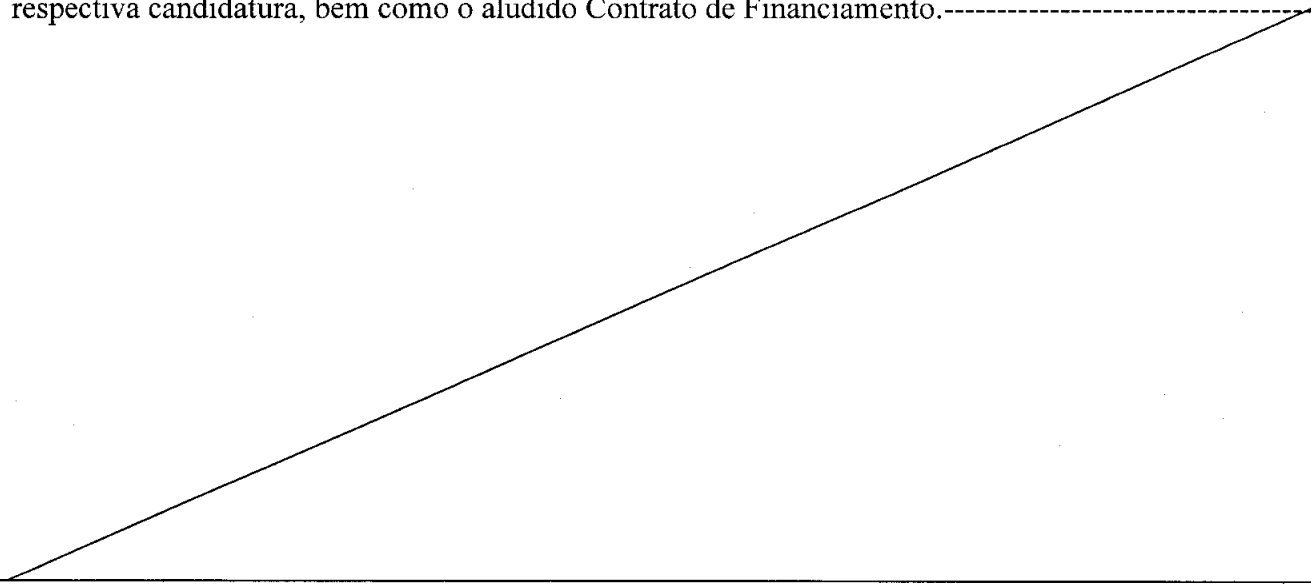
8. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) PARA FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de treze de Agosto findo, da Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte, registado com o número nove mil trezentos e catorze, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia dezassete de Agosto findo, que tem por objecto financiar a operação designada por “Mobilidade Urbana Sustentável”.-----

O custo elegível da operação é de 1.731.057,02€ (um milhão setecentos e trinta e um mil e cinquenta e sete euros e dois cêntimos), com uma comparticipação FEDER de 80%, que perfaz 1.384.845,62€ (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, composto por nove folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----





9. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS”: DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL A ATESTAR QUE, TECNICAMENTE, OS “ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DA OBRA A REALIZAR APRESENTADOS A CONCURSO SÃO OS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À BOA EXECUÇÃO DA OBRA”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA .-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara de doze de Agosto findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes três folhas, que decidiu:-----

“A) Reconhecer e declarar para todos os efeitos legais que os “elementos da solução da obra a realizar” apresentados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução;-----

B) Relativamente aos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que devem acompanhar o projecto de execução **sempre que necessário**, declara-se que acompanham o Projecto de Execução todos os elementos previstos no n.º5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos necessários à execução da obra.”, tudo nos termos e com a fundamentação constante do aludido despacho.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----

DESPACHO

23

Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias”: Declaração da Câmara Municipal a atestar que, tecnicamente, os “elementos da solução da obra a realizar” apresentados a concurso são os necessários e suficientes à boa execução da obra.

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, decido declarar o seguinte:-----

Em reunião camarária de vinte e três de Setembro de dois mil e nove (item doze da respectiva acta), a Câmara Municipal tomou a decisão de contratar prevista no artº 36º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, para realização da empreitada acima referida, cujo projecto de execução tinha sido aprovado por meu despacho de vinte e nove de Julho do mesmo ano, ratificado pelo mesmo órgão municipal na mesma reunião de Câmara;-----

A mesma deliberação camarária aprovou as peças do respectivo procedimento de concurso, enunciadas no n.º 3 dessa deliberação, a qual, por economia processual, aqui se tem por inteiramente transcrita;-----

O objectivo da presente empreitada é a construção de um edifício destinado à instalação e funcionamento de serviços de saúde – Unidade de Saúde de Areias – cuja absoluta necessidade conduziu ao desenvolvimento de negociações com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., no sentido da colaboração entre o Município de Santo Tirso e aquela entidade com vista à sua rápida concretização, negociações essas que vieram a culminar no Contrato-Programa celebrado em vinte e nove de Maio de dois mil e nove, ratificado pela Câmara Municipal em reunião de quinze de Julho do mesmo ano;-----

Pelo que o Programa Funcional do edifício a construir foi elaborado pela ARSNORTE, atentas as necessidades detectadas, a funcionalidade do edifício a construir e as normas vigentes para edifícios destinados à instalação de serviços de saúde, sendo que o projecto de execução elaborado respeita o previsto naquele programa;-----

O respectivo Projecto de Execução, conforme informação técnica de onze do corrente mês de Agosto, registada com o nº 9115 no SGD, que aqui se dá por

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
por a OC

Serviços de Obras Particulares,
Assistência Social e Desporto,
Cidade e Actividades de Turismo,
Gestão de Resíduos,
Manutenção, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

24

inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, com todas as especialidades e estudos que o integram, contém todas as informações necessárias e indispensáveis à boa execução da obra a realizar (edifício e arranjos envolventes), considerando também as normas a aplicar à funcionalidade do edifício em causa – instalação e equipamentos para Unidade de Saúde Familiar.-----

Pelo que, e com fundamento na mesma informação, decido:-----

A) Reconhecer e declarar para todos os efeitos legais que os “elementos da solução da obra a realizar” apresentados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução;-----

B) Relativamente aos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que devem acompanhar o projecto de execução **sempre que necessário**, declara-se que acompanham o Projecto de Execução todos os elementos previstos no n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos necessários à execução da obra, nomeadamente os previstos nas alíneas a), levantamento topográfico, b), estudo Geológico e Geotécnico e f), plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, elaborado nos termos da legislação aplicável.-----

Relativamente à alínea c), declara-se que o projecto em causa não está sujeito a avaliação de impacto ambiental, conforme consta da dita informação, e para a boa execução da obra não são necessários quaisquer outros estudos de impacte social, económico ou cultural, para além dos que estão subjacentes ao Programa Funcional da autoria da ARS Norte, nem é necessário realizar quaisquer ensaios laboratoriais ou outros, face ao tipo e categoria da obra em causa (cfr. alíneas d) e e) da referida norma).-----

Quanto aos elementos previstos na alínea e) resulta dos elementos patenteados a concurso que para a execução da obra não são necessárias medidas de natureza expropriatória, já que a obra se desenvolve numa parcela de terreno que é propriedade do Município.-----

E do respectivo procedimento ficou a constar a Certidão da Conservatória do Registo Predial com os elementos relativos ao terreno em causa.-----

Pelo que, para além dos elementos atrás referidos não são necessários quaisquer outros para a boa execução da obra.-----

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:-----

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001

certificação
acreditada
por

Portugal do Desporto, Recreio e
Atividade Física e Desporto
Gestão e Actividades de Desporto
Administração, Formação
Humana, Apoio Jurídico e
Contábil

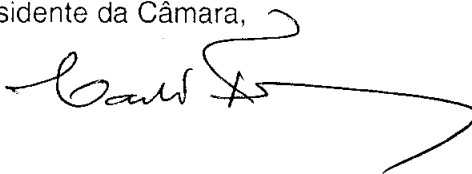
M.021GR

DESPACHO

1. Quanto ao atrás declarado, fundamenta-se na aludida informação técnica, da qual, em cumprimento do solicitado pelo Tribunal de Contas no ponto 1. do Anexo ao ofício daquele Tribunal com a referência DECOP/UAT I/3694/10, de 2 de Julho de 2010, deve ser enviada cópia ao mesmo Tribunal para instrução do processo submetido a fiscalização prévia.-----
2. Quanto à emissão do presente documento ao abrigo do nº 3 do referido artº 68º, a decisão tomada fundamenta-se no seguinte:-----
 - a) A empreitada em curso deve respeitar o prazo de execução previsto, sob pena de serem postos em causa os prazos de execução material e financeira previstos no Contrato de Financiamento celebrado com o Programa Operacional do Norte – ON2, com todas as consequências daí decorrentes;---
 - b) Acresce ainda que a empreitada está em curso, sendo urgente proceder ao pagamento dos trabalhos executados ao empreiteiro, sob pena do mesmo ter dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros, sendo que apenas se podem efectuar pagamentos depois de obtido o visto expresso ou tácito do Tribunal de Contas;-----
 - c) Face ao período de férias em curso é difícil reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, sucedendo mesmo que a reunião ordinária agendada para o dia onze do corrente mês de Agosto não se realizou por falta de quórum, acrescendo ainda que a realização de reuniões extraordinárias acarretam custos acrescidos para o Município, entendendo-se que o assunto em causa não justifica esse acréscimo de custos, já que o Projecto de Execução foi aprovado pela Câmara Municipal, obviamente no pressuposto de que o mesmo contém todos os elementos necessários à solução da obra a realizar. Remeta-se cópia do presente despacho ao Tribunal de Contas e agende-se para a próxima reunião de Câmara para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 12 de Agosto de 2010

O Presidente da Câmara,



SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação

acreditada

OC

Serviços de Gestão: Consultoria,
Auditoria Interna e Externa,
Gestão e Melhoramento do Sistema
Administrativo, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computação.

M.021GR



10. EMPREITADA: "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTO TIRSO – PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO": APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente despacho do Vice-Presidente da Câmara, de dezassete de Agosto findo, que aprovou a minuta do contrato da empreitada acima identificada, de modo a que a mesma fosse enviada à sociedade adjudicatária para apreciação, em cumprimento do disposto no n.º1 do artigo 100º do Código dos Contratos Públicos.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, bem como da respectiva minuta, o que tudo constitui as subsequentes onze folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----

DESPACHO

27



Empreitada "Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado"

Aprovação da minuta do contrato

Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Vice - Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com o disposto no nº 3 do artigo 57º do mesmo Diploma Legal, aprovar a minuta do contrato da empreitada acima referida, que foi adjudicada à sociedade José Moreira Fernandes e Filhos, S.A., pelo preço de 1.220.222,42 € (um milhão, duzentos e vinte mil, duzentos e vinte e dois euros e quarenta e dois cêntimos), por deliberação da Câmara Municipal de 28 de Julho findo.

A competência para a aprovação da minuta pertence à Câmara Municipal;

No entanto, a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal é apenas no próximo dia 25 de Agosto, existindo alguma dificuldade na convocação de uma reunião extraordinária, nomeadamente por motivos de disponibilidade de agenda dos senhores edis, face ao período de férias em curso, não havendo mesmo a garantia da existência de quórum para a realização dessa reunião, à semelhança do que sucedeu com a reunião agendada para o dia onze do corrente mês de Agosto.

A minuta anexa respeita o Caderno de Encargos do respectivo procedimento e as normas constantes do Código dos Contratos Públicos.

A execução da empreitada em causa reveste-se de carácter urgente, em virtude de se tratar de uma obra comparticipada pelo FEDER, conforme Contrato de Financiamento ratificado pela Câmara Municipal em reunião de 17 de Junho de 2009 (item 4 da respectiva acta);

Assim, é necessário que se proceda à celebração do respectivo contrato com a maior brevidade possível, para que a obra possa ser consignada e os trabalhos iniciados, de modo a assegurar a conclusão dos trabalhos dentro dos prazos previstos para a realização da operação.

Face ao exposto, decido a aprovação da minuta anexa, constituída por treze folhas, apenas utilizada no anverso, e todas por mim rubricadas.

SISTEMA CERTIFICADO

eic

ISO 9001

certificação
acreditada

Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Aconselhamento
Social e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

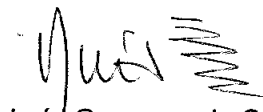


Remeta-se a minuta ao adjudicatário para efeitos do disposto no artigo 100º do Código dos Contratos Públicos, e à próxima reunião de Câmara para efeitos de ratificação.

Autoriza-se desde já a celebração do respectivo contrato, desde que a presente minuta seja aceite pela adjudicatária.

Santo Tirso, 17 de Agosto de 2010

O Vice - Presidente,



Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues

Minuta de

CONTRATO DE EMPREITADA

“Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso -Praça General Humberto Delgado”

VALOR 1.220.222,42 €

No _____ de _____ do ano dois mil e dez, nesta cidade de Santo Tirso, e no Departamento Administrativo da respectiva Câmara Municipal, perante mim _____, servindo de Oficial Público para lavrar o presente contrato, conforme despacho do Presidente da Câmara de 02 de Novembro de 2009, compareceram como outorgantes: -----

Primeiro - Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, casado, natural da freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, onde reside na Rua de Santo António, nº 211, o qual outorga na qualidade de vereador a tempo inteiro e em regime de permanência da Câmara Municipal de Santo Tirso, e em nome e representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial número 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao abrigo de competência delegada por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 02 de Novembro de 2009, proferido ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

Segunda - Maria do Sameiro da Cunha Fernandes, casada, natural da freguesia da Cruz, concelho de Vila Nova de Famalicão, residente na Rua Adolfo Casais Monteiro, nº 4, 4ºA, freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão, titular do Cartão de Cidadão número 07402054 4ZZ2, emitido pela República Portuguesa, válido até 15 de Junho de 2015, a qual outorga na qualidade de membro do Conselho de Administração e de procuradora da sociedade José Moreira Fernandes & Filhos S.A., e em representação desta, com sede na Rua Doutor José Duarte Júnior, Bloco 3, Edifício Cabrilho, freguesia e concelho de Montalegre, e escritórios na Av. João XXI, nº 1965, freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, pessoa colectiva número 502 046 376, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Montalegre com o mesmo número, com o capital social de seiscentos e cinquenta mil euros. -----

Pelo primeiro outorgante foi dito que celebra com a representada da segunda outorgante o presente contrato de empreitada, que se regerá pelas seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1ª
Objecto do contrato

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada denominada “Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado”,

a realizar nas condições constantes dos documentos a seguir referidos, que aqui se dão por inteiramente transcritos para todos os efeitos legais, de harmonia com o previsto no nº 2 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro:

1. Programa Preliminar;-----

2. Caderno de Encargo composto pelos seguintes elementos:-----

2.1 Cláusulas Jurídicas;-----

2.2 Projecto de Execução, composto por: -----

2.2.1 Projecto de Arquitectura e Espaços Exteriores 1ª Fase; -----

2.2.2 Projecto de Arquitectura e Espaços Exteriores 2ª Fase; -----

2.2.3 Projecto de Arquitectura Paisagística 1ª Fase; -----

2.2.4 Projecto de Arquitectura Paisagística 2ª Fase; -----

2.2.5 Projecto de Arruamentos 1ª Fase; -----

2.2.6 Projecto de Infra-estruturas Hidráulicas 1ª Fase (Abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais); -----

2.2.7 Projecto de Arruamentos 2ª Fase; -----

2.2.8 Projecto de Infra-estruturas Hidráulicas 2ª Fase (Abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais); -----

2.2.9 Projecto das Instalações de Infra-estruturas da rede de distribuição de Gás; -----

2.2.10 Projecto de Iluminação Pública 1ª fase; -----

2.2.11 Projecto de Iluminação Pública 2ª fase; -----

2.2.12 Projecto de Sinalização e Semaforização; -----

2.2.13 Plano de Segurança e Saúde (Fase de projecto); -----

2.2.14 Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD);-----

2.3 Mapa de Quantidades de todos os trabalhos a realizar, incluindo os trabalhos preparatórios ou acessórios à execução da obra;-----

3. Pareceres prestados pelas seguintes entidades:-----

3.1 Parecer dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de 16 de Março de 2009;-----

3.2 Parecer da sociedade Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A, de 05 de Junho de 2008;-----

3.3 Parecer da sociedade Portgás- Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., de 25 de Janeiro de 2010;-----

3.4 Ficha Electrotécnica de Iluminação Pública, aprovada pela EDP Distribuição em 16 de Março de 2009;-----

3.5 Parecer da PT Comunicações S.A. de 03 de Março de 2008.-----

4. Placa Identificativa da obra a realizar.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31

12
JP

5. Proposta da representada da segunda outorgante, apresentada na plataforma electrónica utilizada pela câmara municipal de Santo Tirso para formação dos contratos públicos, composta pelos elementos referidos na Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, apresentada pela sociedade adjudicatária, da qual se anexa cópia ao presente contrato e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

6. Suprimento dos Erros e Omissões do Caderno de Encargos, aceites pela câmara municipal, conforme deliberação camarária de 21 de Abril último (item sete da respectiva acta), cuja lista, composta por trinta e uma folhas, constitui o Anexo III da acta da respectiva reunião da câmara municipal, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.

7. Esclarecimentos prestados ao Caderno de Encargos, pela equipa projectista, que mereceram a aceitação do júri do procedimento, documento composto por uma folha, que constitui o ficheiro anexo à mensagem disponibilizado na plataforma electrónica em _____, com o Assunto "Resposta ao pedido de esclarecimento".

Cláusula 2ª **Preço Contratual**

1. O preço a pagar pela câmara municipal pela execução de todas as prestações que constituem o objecto da presente empreitada é de **1.220.222,42 €** (um milhão, duzentos e vinte mil e duzentos e vinte e dois euros e quarenta e dois cêntimos) ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor à data da facturação.

2. Está incluído no preço contratual a execução de prestações objecto do contrato na sequência de qualquer prorrogação contratualmente prevista, expressa ou tácita, do respectivo prazo de execução da empreitada.

Cláusula 3ª **Prazo de Execução**

O prazo de execução da obra é de 300 (trezentos) dias, contados da consignação, que deve estar concluída no prazo máximo de 30 dias a contar da celebração do presente contrato.

Cláusula 4ª **Pagamentos**

1. Os pagamentos serão feitos com base em medições mensais, nos termos previstos nos artigos 388º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, devendo a liquidação referida no artigo 392º do mesmo Código ser efectuada e notificada ao empreiteiro no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura pelo empreiteiro dos documentos que constituem a situação de trabalhos. -----
2. Os pagamentos deverão ser efectuados no prazo máximo de 60 dias após a entrega das respectivas facturas, entrega essa que ocorrerá depois da notificação referida no número anterior. -----
3. Não obstante o disposto nos números anteriores, nenhum pagamento poderá ser efectuado antes do presente contrato ser visado expressa ou tacitamente pelo Tribunal de Contas. -----

Cláusula 5ª **Revisão de Preços**

A modalidade da revisão de preços desta empreitada é a prevista na cláusula 30ª das Cláusulas Jurídicas do Caderno de Encargos referido na cláusula primeira deste contrato. -----

Cláusula 6ª **Prazo de garantia da obra**

O prazo de garantia da obra, que se inicia na data da assinatura do auto de recepção provisória é de:-----

- a) 10 Anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;-----
- b) 5 Anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;-----
- c) 2 Anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

Cláusula 7ª **Caução**

1. Para garantia do exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, a adjudicatária prestou caução no montante de 61.011,12 € (sessenta e um mil e onze euros e doze cêntimos), mediante garantia bancária número 2510.001067.393, emitida em 10 de Agosto findo pela Caixa Geral de Depósitos S.A., disponibilizada na plataforma electrónica em _____ e cujo original foi entregue na câmara municipal no dia 16 do mesmo mês de Agosto. -----

2. Para reforço da caução, em cada um dos pagamentos parciais será deduzido o montante correspondente a 5 % desse pagamento, nos termos previstos no artigo 353º do referido Código. -----

3. A liberação da caução será efectuada nos termos e prazos previstos no nº 5 do artigo 295º do mesmo Código. -----

Cláusula 8ª **Trabalhos a mais**

Todos os trabalhos a mais que venham a ser executados no âmbito da empreitada objecto deste contrato, serão formalizados por escrito, mediante contrato adicional a averbar ao presente contrato, não podendo proceder-se ao respectivo pagamento antes da formalização do respectivo adicional. -----

Cláusula 9ª **Cessão da posição contratual**

1. A representada da segunda outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização dada por escrito pela Câmara Municipal de Santo Tirso ou pelo respectivo Presidente, ao abrigo de competência delegada por aquele órgão executivo. -----
2. A eventual cessão de posição contratual rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 10ª **Subempreitadas**

Na eventualidade da representada da segunda outorgante vir a celebrar subcontratos para execução do objecto do presente contrato, nos termos e limites legalmente previstos, deve, no prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito à câmara municipal de Santo Tirso, remetendo-lhe cópia do contrato em causa. -----

Cláusula 11ª **Disposições por que se rege a empreitada**

1. A execução da empreitada objecto do presente contrato obedece: -----
 - a) Ao clausulado do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, referidos na cláusula primeira; -----
 - b) Ao previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro. -----
 - c) Ao previsto no Decreto-Lei 273/2003, de 29 de Outubro, e respectiva legislação complementar; -----
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, à gestão de resíduos de construção e demolição e à responsabilidade civil perante terceiros; -----
 - e) Às regras da arte. -----
2. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, fica expressamente a constar do presente contrato que não houve esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela representada da segunda outorgante. -----

Cláusula 12ª

Disposições finais

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----
2. A decisão de contratar relativa ao presente contrato foi tomada por deliberação da câmara municipal de 10 de Março último. -----
3. A decisão de adjudicação do presente contrato foi tomada também por deliberação da câmara municipal, de 28 de Julho findo. -----
4. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho do Vice-Presidente da câmara de 17 de Agosto findo, ratificado pela câmara municipal por deliberação de _____ do corrente mês de Setembro..-----
5. A celebração do presente contrato foi autorizada pela mesma deliberação referida no número anterior. -----
6. O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é 1.220.222,42 € (um milhão duzentos e vinte mil e duzentos e vinte e dois euros e quarenta e dois centimos). -----
7. O encargo total resultante do presente contrato, atento o preço contratual referido na cláusula 2ª, ao qual acresce o IVA à taxa de 6 %, no montante de 73.213,35 € (setenta e três mil, duzentos e treze euros e trinta e cinco centimos), é de 1.293.435,77 € (um milhão duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e setenta e sete



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

35

12
28

cêntimos), e será satisfeito pela seguinte dotação orçamental em vigor: classificação orgânica: 02; classificação económica – capítulo 07; grupo 01; artigo 04; número 01.-----

8. Considerando que a presente empreitada será executada em mais do que um ano económico, conforme resulta do prazo previsto na cláusula 3ª do presente contrato e conforme consta do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela Assembleia Municipal de Santo Tirso em 21 de Dezembro de 2009, do que resulta a autorização para a repartição de despesas em mais do que um ano económico, de harmonia com o previsto na alínea a) do artigo 22 ° do DL 197/99, de 08 de Junho, no ano económico em curso ficou cativa na referida rubrica orçamental a importância de 582.930,63 € (quinhentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta euros e sessenta e três cêntimos), conforme proposta de cabimento número 670/2010, de 24 de Fevereiro, sendo o remanescente dos encargos com a presente empreitada a cabimentar no início do próximo ano económico. -----

Cláusula 13ª **Comunicações**

1. Toda e qualquer comunicação entre os contraentes no âmbito da execução do presente contrato deverá sempre ser efectuada por documento escrito redigido em português, dirigido ao outro através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de recepção, para os endereços a seguir referidos, salvo quando qualquer das partes notifique previamente a outra, pela mesma forma, para fazê-lo para novo endereço: -----

CONTRAENTE PÚBLICO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
Praça 25 de Abril, 4780-373-Santo Tirso
Telefone - 252 830 400 (extensão 315)
Fax - 252 856 534
E-mail: gap@cm-stirso.pt

CO-CONTRATANTE
JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A.
Av. João XXI, nº 1965, Apt.6040, 4770-745 Vermoim – Vila Nova de Famalicão
Telefone – 252 920 200
Fax – 252 920 201
E-mail: administracao.jmf@mail.telepac.pt

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2. A validade das comunicações efectuadas por correio electrónico fica dependente do envio de recibo de leitura pela parte que receber a comunicação, devendo a parte que a enviar solicitar esse recibo no texto da própria comunicação. -----

Cláusula 14ª

Documentos de Habilitação

1. A segunda outorgante tem poderes suficientes para a prática deste acto, conforme resulta da consulta efectuada à «certidão permanente» da identificada sociedade com o código de acesso 4771-6158-0527, subscrita em 03 de Julho de 2008 e válida até 26 de Novembro de 2010, nos termos do artigo 75º, nº 5 do Código do Registo Comercial, e nº 2 do artigo 17º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de Dezembro e da procuração outorgada em dois de Fevereiro de 2006, no Cartório Notarial de Montalegre, da qual está arquivada cópia nesta Secção de Contratos desta Câmara Municipal.-----
2. A representada da segunda outorgante é titular do Alvará de Construção número 10594, válido até 31 de Janeiro de 2011, que contém autorizações para execução de trabalhos das 1ª, 6ª e 8ª subcategorias da 2ª categoria, todas da classe 6, tendo apresentado alvará do subempreiteiro Guri – Electricidade Ldª, com o número 3985, válido até 31 de Janeiro de 2011, que contém autorizações para execução de trabalhos da 2ª subcategoria da 4ª categoria, da classe 2, acompanhado de declaração do subempreiteiro pelo qual este se compromete a realizar os trabalhos correspondentes às referidas habilitações, pelo que a representada da segunda outorgante está assim habilitada para a execução da empreitada objecto deste contrato, de harmonia com o que foi exigido no ponto 20.3 do respectivo programa do procedimento. -----
3. A representada da segunda outorgante tem a situação regularizada perante a Segurança Social, conforme Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social I.P., em 16 de Março último. -----
4. Tem a situação tributária regularizada perante o Estado, conforme certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Montalegre em 05 de Abril último. -----
5. Nada consta do Certificado de Registo Criminal da Pessoa Colectiva José Moreira Fernandes e Filhos, S.A., conforme certificado emitido pela Direcção-Geral da Administração da Justiça em 20 de Maio último. -----
6. Nada consta dos Certificados de Registo Criminal dos membros do Conselho de Administração da identificada sociedade, José António da Cunha Fernandes, Maria do Sameiro da Cunha Fernandes e Frederico Daniel da Cunha Fernandes, conforme certificados emitido pela Direcção-Geral da Administração da Justiça em 27 de Julho último.-----
7. A adjudicatária apresentou na plataforma electrónica utilizada pela câmara municipal de Santo Tirso declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos, assinada em 06 de Agosto findo. -----



Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

O presente contrato foi lido em voz alta na presença simultânea dos outorgantes que, por o acharem conforme, o vão assinar. -----

O Primeiro Outorgante,

A Segunda Outorgante,

A Oficial Público,

Minutado em 2010-08 -06
Revisto em 2010-08-17



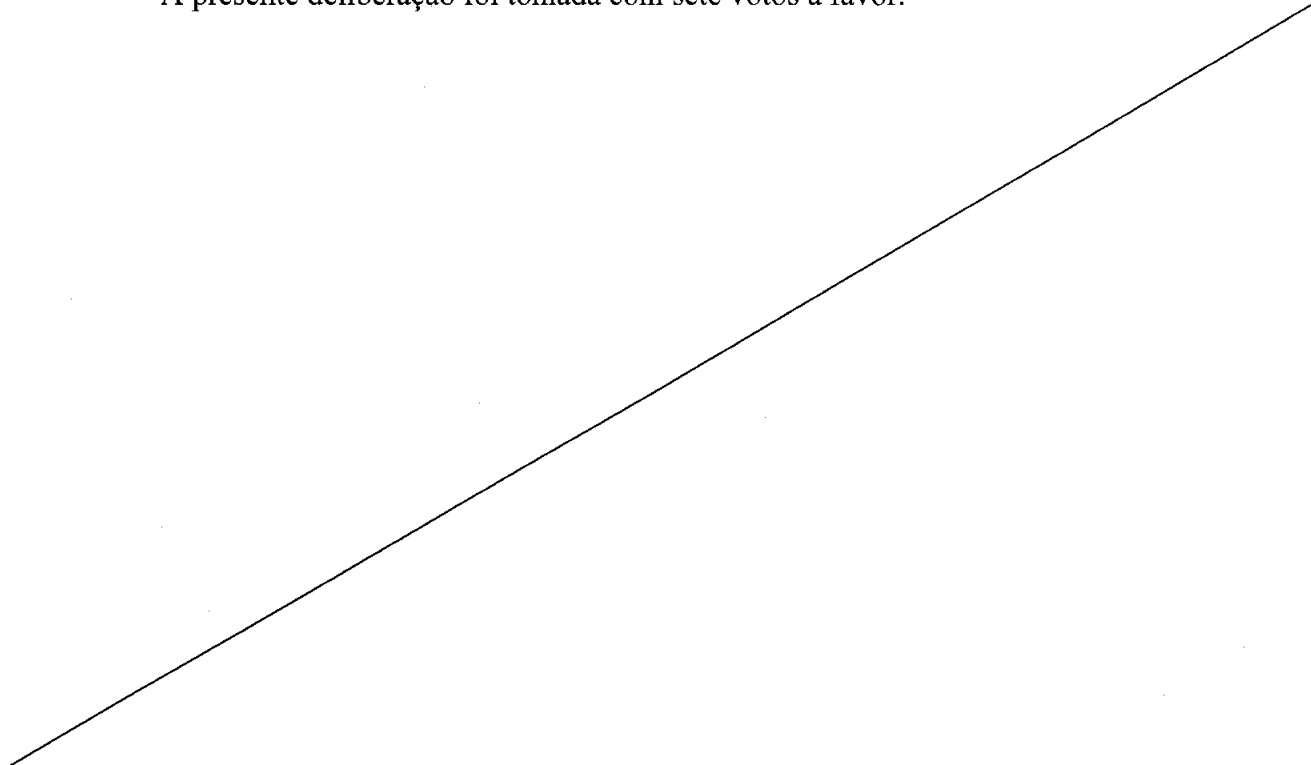
11. CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE E O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o contrato de comodato acima referido, celebrado em dois de Agosto findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o anexo VI da mesma, composto por quatro folhas.-----

O aludido contrato foi celebrado na sequência da Declaração assinada pelo Presidente da Câmara em quatro de Maio de dois mil e nove, ratificada pela câmara municipal em reunião de vinte do mesmo mês de Maio (item sete da respectiva acta).-----

A Câmara deliberou, na sequência da deliberação anterior, ratificar o aludido contrato nos seus precisos termos.-----

A presente deliberação foi tomada com sete votos a favor.-----





**12. GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A VILLE DE SAINT
- PÉRAY.**-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Santo Tirso e Saint Peray assinaram em 1991 um Pacto de Amizade.-----

Decorridas praticamente duas décadas desde a assinatura deste pacto numerosos foram os intercâmbios desenvolvidos que contribuíram, encontro após encontro, para o estreitar de profundas relações de amizade, de respeito mútuo e de fraternidade.-----

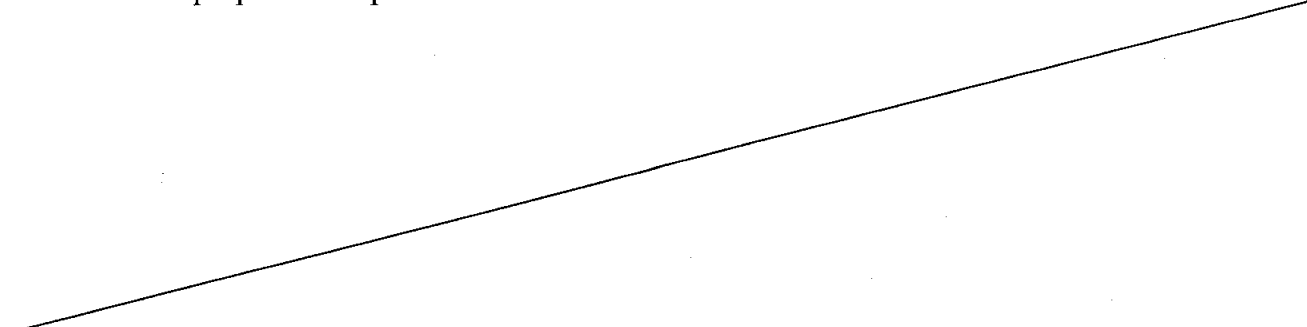
Os laços que unem as duas cidades são o resultado de um trabalho de aproximação franco - portuguesa, iniciado com a assinatura do protocolo de geminação com a cidade de Gross-Umstadt, cidade também geminada com Saint Peray.-----

A união entre os dois municípios é, também, fruto de uma visão compartilhada, de um ideal comum e duma vontade política forte, manifestada ano após ano, prosseguindo e intensificando as relações oficializadas em 1991.-----

Os contactos que os dois municípios mantêm regularmente, fruto dos múltiplos encontros realizados em Santo Tirso, em Saint Peray e em Gross-Umstadt, são disso exemplo.-----

Considerando que uma estreita e íntima colaboração entre os municípios se reverterá no futuro em benefícios sociais, económicos e culturais para ambas as partes, proponho, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara de Saint-Peray, que o referido pacto de amizade, assinado entre as partes, seja substituído por um Protocolo de Geminação, cuja assinatura deverá decorrer em Santo Tirso, no ano de 2011, ano em que se celebra o 20º aniversário daquele Pacto de Amizade.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





13. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ASSOCIAÇÃO DO INFANTÁRIO DE S. TOMÉ DE NEGRELOS, TENDO POR OBJECTO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ÀS CRIANÇAS QUE FREQUENTAM O 1º CICLO DAS ESCOLAS DE GIESTAL II, MOURINHA E SANTO ANTÓNIO: APROVAÇÃO.-----

Presente o Protocolo acima referido, o qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII da mesma, composto por seis folhas, que tem por objecto a colaboração entre as partes relativamente ao fornecimento de refeições às crianças que frequentam o 1º ciclo das escolas acima referidas.-----

Os encargos inerentes serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 020105, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3294/2010 de três do corrente mês de Setembro.-----

O presente Protocolo foi aprovado com sete votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do PSD, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“O PSD entendeu votar favoravelmente esta proposta, porque não dispondo estas três escolas de condições mínimas necessárias para assegurar as refeições aos alunos, estas sejam asseguradas por entidades terceiras.-----

No entanto, expressamos aqui a nossa preocupação e a convicção que serão asseguradas às crianças condições adequadas, em termos de conforto e segurança, no transporte das escolas para o Infantário de S. Tomé de Negrelos e vice-versa”.-----

Também pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta em concreto, sendo que este processo se vem desenvolvendo ao longo dos anos com todas as condições.-----



A handwritten signature in the top right corner of the page.

A handwritten signature in the top right corner of the page.

Quem conhece as escolas e o processo do novo equipamento da nova escola básica integrada de S. Tomé de Negrelos sabe bem das preocupações que sempre tivemos no passado e na solução que encontramos quanto ao futuro com a construção do melhor e maior equipamento jamais executado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em todo o concelho".-----





14. ACORDOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS, TENDO POR OBJECTO O DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO ESCOLAR PARA O ANO LECTIVO 2010/2011: APROVAÇÃO-----

Presentes os Protocolos a celebrar entre o Município de Santo Tirso e os Agrupamentos das Escola de Santo Tirso, Agrela e Vale do Leça, Ave, S. Martinho do Campo e Escola Básica Integrada de Aves/S. Tomé de Negrelos, nos termos do Despacho nº 14460/2008 de 15 de Maio, do Ministério da Educação, publicado na II série do DR, nº100, em 26 de Maio, os qual se anexam à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos VIII, IX, X, XI e XII da mesma, compostos por cinco folhas cada, os quais têm por objecto o desenvolvimento das actividades de enriquecimento escolar para o ano lectivo 2010/2011.-----

Os presentes Protocolos foram aprovados com sete votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte declaração:-----

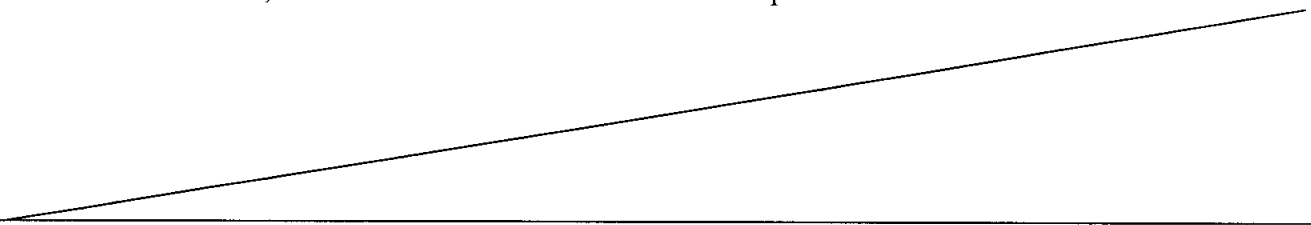
“O Partido Social Democrata vota favoravelmente esta proposta, porque compete, de facto, tecnicamente e pedagogicamente, aos Agrupamentos supervisionar o desenvolvimento das AEC’S. No entanto, não pudemos analisar o acordo, por não nos terem facultado.-----

Utilizamos o principio da boa fé”.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente, porque este processo é muito importante no âmbito das actividades de enriquecimento curricular e pela sua envolvente.-----

Por isso, o remetemos a esta câmara com os respectivos Protocolos”.-----





15. PATRONATO E CASA DOS POBRES DE S. MIGUEL DAS AVES: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIOLA D'ARCO.-----

Presente ofício de dez de Agosto findo, do Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves, registado com o número nove mil e oitenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de uma Viola D'Arco, instrumento musical que se mostra necessário para a continuação dos estudos de um dos seus utentes, na Escola Superior de Musica e Artes de Espectáculo do Porto.-----

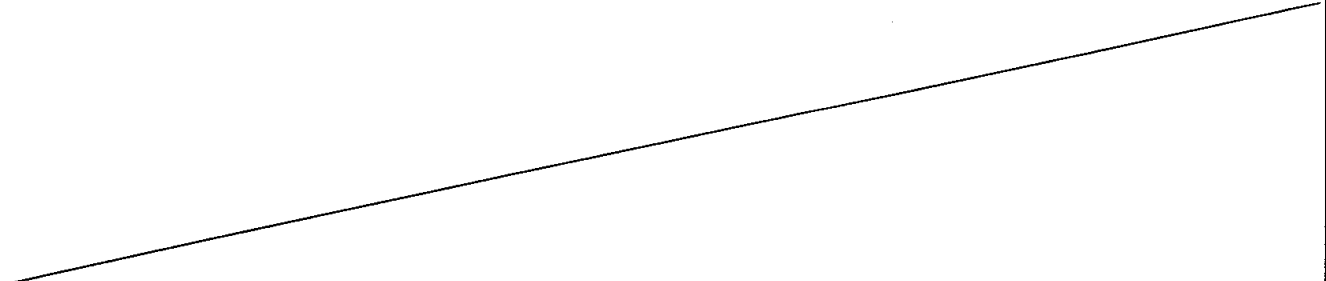
Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto que a câmara municipal, face ao teor do pedido apresentado pelo Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves e cartas que o acompanham, deliberasse atribuir à identificada Instituição Particular de Solidariedade Social um subsídio no montante de 500 € (quinhentos euros).-----

Os encargos inerentes serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3320/2010 de sete do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“O Partido Social Democrata, excepcionalmente, vota a favor desta proposta. Entende, compreende e é sensível a esta situação, mas que abre, necessariamente, um caminho para que outros cidadãos em circunstâncias idênticas possam directamente, junto do Município, usufruir deste apoio que muitas vezes pode ser determinante para uma pessoa com talento mas sem recursos possa ter sucesso”.-----



**16. OUTROS SUBSÍDIOS.****A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS / 2010 – 2 FASE.**

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara municipal, em aditamento à deliberação camarária de trinta de Junho último (item onze da respectiva acta) e ao abrigo da competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere atribuir os subsídios abaixo discriminados, no valor total de 8.330,00 € (oito mil trezentos e trinta euros), para ajudar as entidades beneficiárias a custear as despesas que têm com a organização de colónias de férias.

- União Desportiva e Social de Roriz-----400,00 € (quatrocentos euros)
- Junta de Freguesia de Areias-----1.200,00 € (mil e duzentos euros)
- Junta de Freguesia da Lama -----2.530,00 € (dois mil quinhentos trinta euros)
- Associação de Solidariedade Social de Areias-----300,0 € (trezentos euros)
- Associação do Infantário de Vila das Aves -----1.200,00 € (mil e duzentos euros)
- Associação de Pais da EB 1 de Aldeia Nova, Rebordões-----700,00 € (setecentos euros)
- Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freguesia de Rebordões, Santo Tirso-----600,00 € (seiscentos euros)
- Centro de Ocupação de Tempos Livres-----1.400,00 € (mil e quatrocentos euros)

As despesas com a atribuição dos referidos subsídios serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 04050102 e 040701, nas quais têm cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3292/2010, de três do corrente mês de Setembro.

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.



16. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE ATLETISMO DE SANTO TIRSO – “ X MILHA URBANA DE SANTO TIRSO”-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a excelente aceitação da prova denominada “Milha Urbana” nas localidades onde a mesma se tem realizado com o apoio da Federação Portuguesa de Atletismo;-----

Considerando que é uma das duas provas que se realizam este ano no nosso concelho integradas no calendário oficial da Federação Portuguesa de Atletismo. -----

Considerando a presença de atletas de prestígio, a nível regional e nacional, e a grande participação dos munícipes e do público em geral;-----

Considerando a elevada repercussão nos meios de comunicação social e a correspondente, promoção do concelho de Santo Tirso-----

Considerando o trabalho que o Centro de Atletismo de Santo Tirso está a desenvolver, em colaboração com a Câmara, para a realização desta prova;-----

PROPONHO:-----

A atribuição de um subsídio extraordinário no valor de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) ao C.A.S.T. - Centro de Atletismo de Santo Tirso, para ajudar a custear algumas das despesas com a organização da “X Milha Urbana de Santo Tirso”-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3275/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



16. C) CAMPEONATO CONCELHIO DE FUTEBOL AMADOR: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o XXV Campeonato Concelhio de Futebol Amador, uma iniciativa desta Câmara Municipal, envolve cerca de seis centenas de atletas, em actividade ao longo de sete meses.-----

Considerando a importância que este campeonato tem para as associações desportivas do Concelho de Santo Tirso;-----

Considerando a sua participação no Campeonato Concelhio de Futebol Amador e as despesas que têm com o pagamento de alugueres dos campos de jogo, que vão além dos seus recursos económicos.-----

PROPONHO:-----

A atribuição de um subsídio no montante de 300 € (trezentos euros) a cada uma das colectividades abaixo mencionadas, para ajudar a custear as despesas com o aluguer de campos de jogos:-----

ABCD – ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO, CULTURAL E DESPORTIVA – Sta. Cristina do Couto-----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – Vila das Aves-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE TARRIO – S. C. Couto-----

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DA REGUENGA – Reguenga-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3276/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



16. D) JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DA CARREIRA: REPARAÇÃO DO SOALHO DA ESCOLA DA PARADA: PEDIDO DE SUBSÍDIO.-----

Presente officio da Junta de Freguesia de S. Tiago da Carreira, de vinte e cinco de Fevereiro último, registado com o número dois mil oitocentos e noventa e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a reparação do soalho da Escola da Parada.-----

A Divisão de Edifícios informa que o custo daqueles trabalhos é de 5.200,00€ (cinco mil e duzentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tiago da Carreira, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 5.512,00€ (cinco mil quinhentos e doze mil euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, a pagar à medida da execução da obra e com o acompanhamento técnico dos serviços.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2926/2010, de trinta de Julho último.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



16. E) JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA DOS BOEIROS: PEDIDO DE SUBSÍDIO.-----

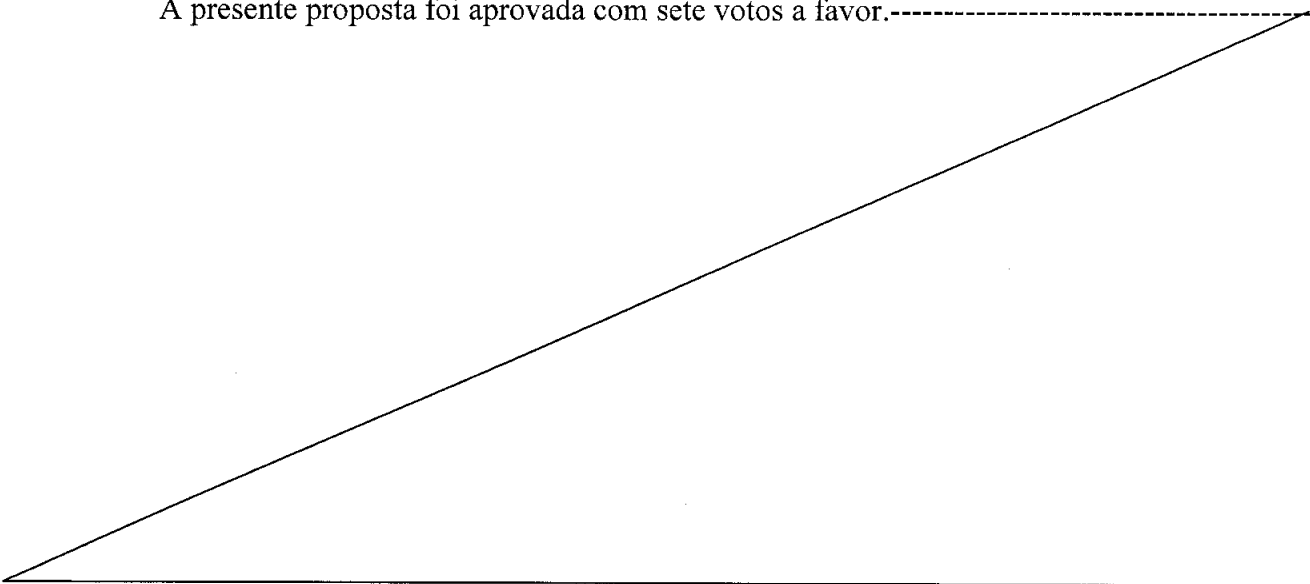
Presente informação da Divisão de Vias, de dez de Maio último, registada com o número nove mil setecentos e vinte e quatro, a comunicar que a Junta de Freguesia de Vilarinho pretende executar a pavimentação da Travessa dos Boeiros, mediante a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as respectivas despesas.-----

De acordo com o orçamento elaborado pelos serviços, o montante das obras é de 7.004,55€ (sete mil e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 7.422,82€ (sete mil quatrocentos e vinte e dois euros e oitenta e dois cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, a pagar à medida da execução da obra e com o acompanhamento técnico dos serviços.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3317/2010, de sete do corrente mês de Setembro.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





16. F) JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS AGRAS DE CIMA: PEDIDO DE SUBSÍDIO.-----

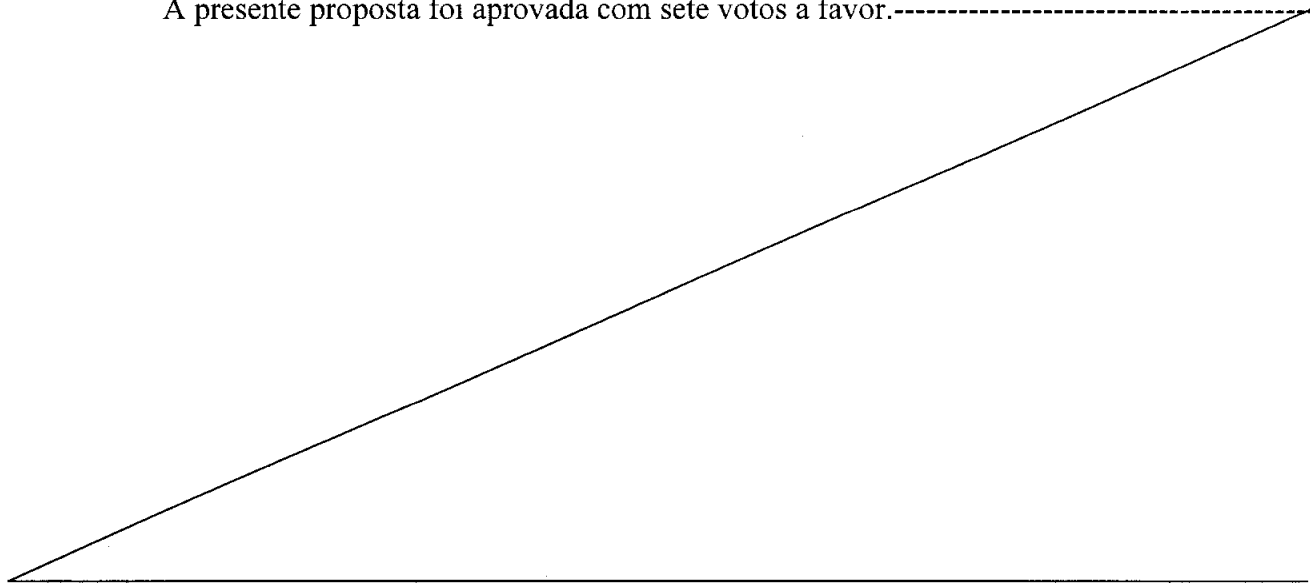
Presente informação da Divisão de Vias, de dez de Maio último, registada com o número nove mil setecentos e vinte e cinco, a comunicar que a Junta de Freguesia de Vilarinho pretende executar a pavimentação da Rua Agras de Cima, mediante a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as respectivas despesas.-----

De acordo com o orçamento elaborado pelos serviços, o montante das obras é de 20.589,86€ (vinte mil quinhentos e oitenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 21.825,25€ (vinte e um mil oitocentos e vinte e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, a pagar à medida da execução da obra e com o acompanhamento técnico dos serviços.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050104, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3318/2010, de sete do corrente mês de Setembro.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





16. G) JUNTA DE FREGUESIA DA LAMA: EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA ARMINDO CORREIA MACHADO: PEDIDO DE SUBSÍDIO.-----

Presente ofício de um de Junho último, da Junta de Freguesia da Lama, registado com o número seis mil setecentos e vinte e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução da rede de drenagem de águas pluviais da Rua Armindo Correia Machado.-----

A solução preconizada, para além da drenagem das águas pluviais do referido arruamento, prevê também a drenagem das Ruas S. António e Dr. Eduardo Lima Carneiro da referida freguesia.-----

Pela Divisão de Vias foi elaborado o orçamento da obra, no montante de 56.280,00€ (cinquenta e seis mil duzentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Lama, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 59.656,80€ (cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e seis euros e oitenta centimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, a pagar à medida da execução da obra e com o acompanhamento técnico dos serviços.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3267/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



16. H) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REGUENGA.-----

Presente ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores, Reguenga, registado com o número oito mil duzentos e vinte e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de Nossa Senhora das Dores, que tiveram lugar nos dias quatro e cinco do corrente mês de Setembro.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

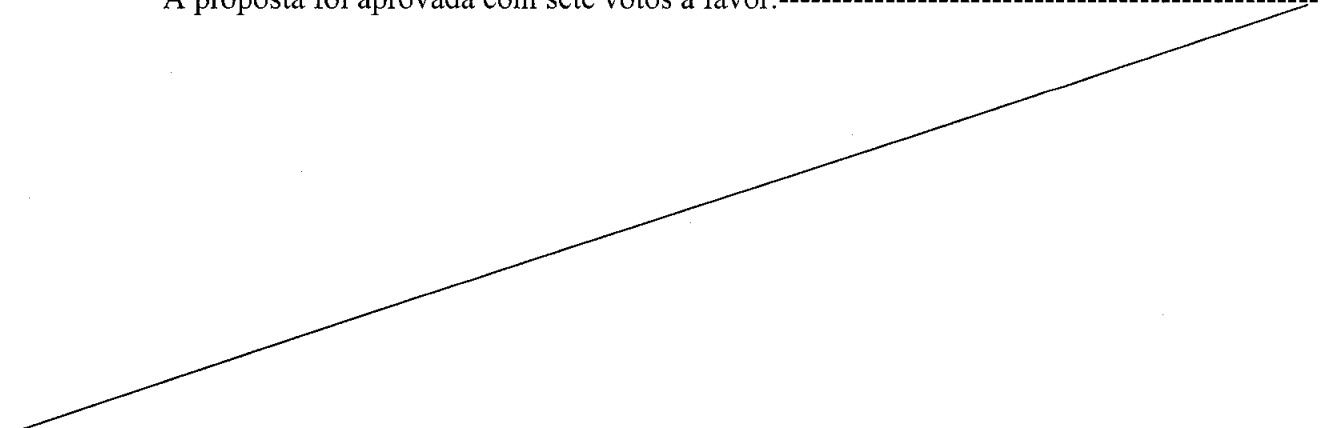
Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 750 € (setecentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores, Reguenga, representada por José Alberto da Silva Brito, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3277/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





16. I) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GUIA – AGRELA.-----

Presente ofício de dois de Fevereiro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número mil setecentos e trinta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora da Guia, que tiveram lugar nos dias vinte e um e vinte e dois de Agosto findo.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora da Guia, Agrela, representada por Gumesindo Ferreira Moreira.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3280/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



16. J) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO PARTO, AREIAS-----

Presente ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Parto, Areias, registado com o número sete mil cento e sessenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de Nossa Senhora do Parto, que tiveram lugar nos dias quatro e cinco do corrente mês de Setembro.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

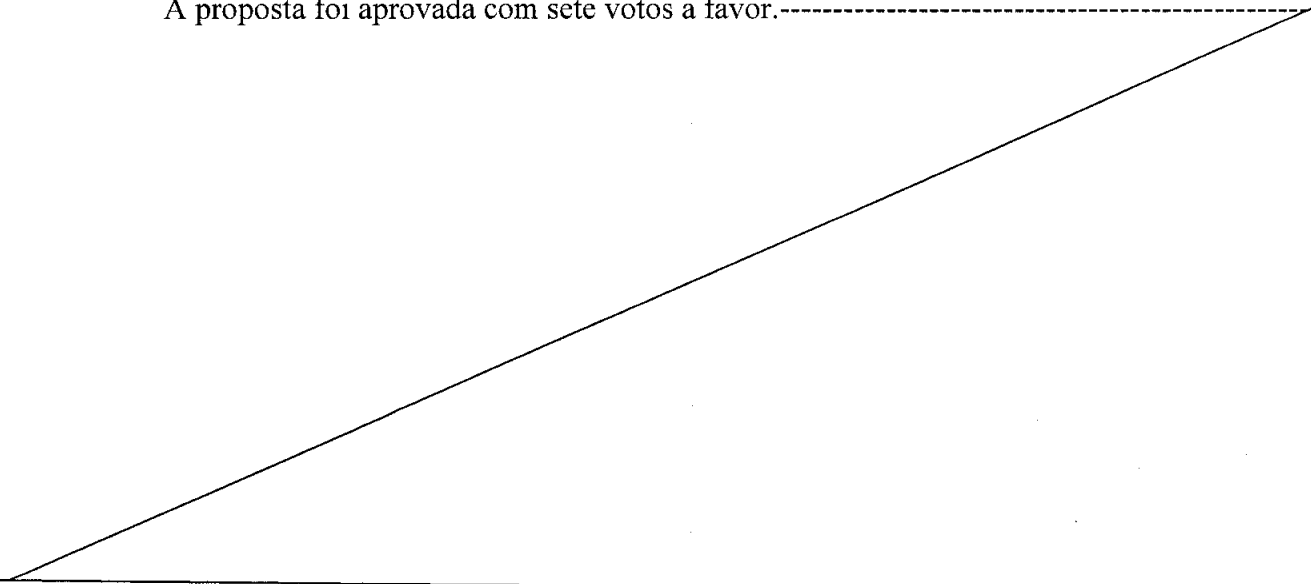
Considerando que as festas e romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 500 € (quinhentos euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Parto, Areias, representada por José Maria Magalhães Ferreira, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3279/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





16. K) À COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO ANDRÉ – SANTA CRISTINA DO COUTO.-----

Presente officio de oito de Outubro de dois mil e oito, da Comissão de Festas acima identificada, registado com o número dezassete mil setecentos e quarenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de Santo André, que se realizam na freguesia de Santa Cristina do Couto.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

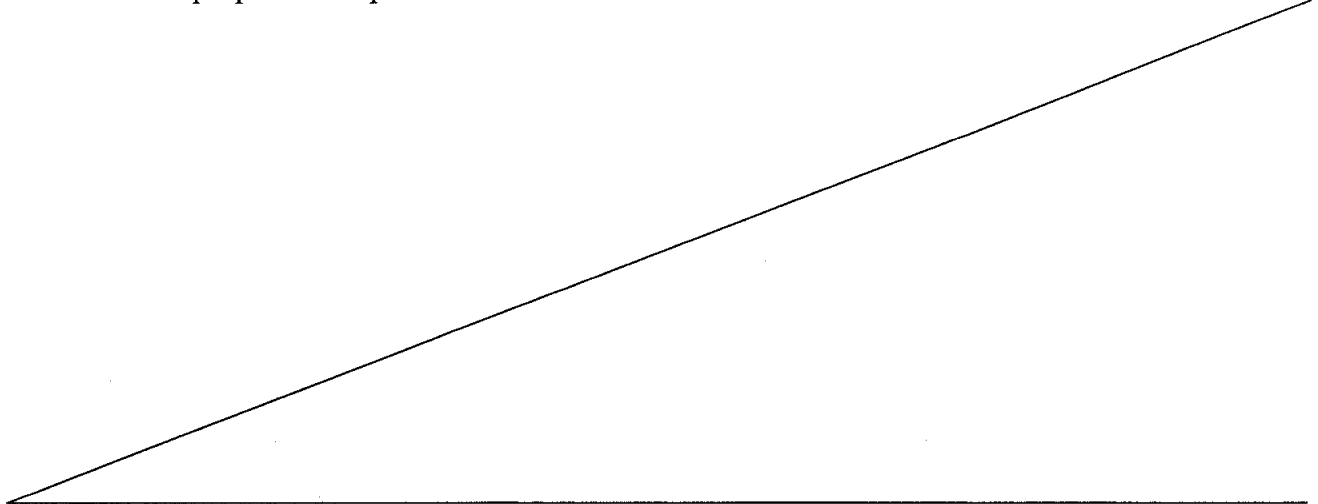
Considerando que as festas e romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões especialmente constituídas para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas em Honra de Santo André – Santa Cristina do Couto, representada por Tiago Miguel Martins Silva Festa.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3281/2010, de dois do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





16. L) À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE S. MARTINHO DO CAMPO: RECONSTRUÇÃO DE UM MURO DE VEDAÇÃO E SUPORTE DE TERRAS: PEDIDO DE SUBSÍDIO-----

Presente ofício de vinte e cinco de Março último, da Associação de Solidariedade Social de S. Martinho do Campo, registado com o número quatro mil duzentos e trinta e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a reconstrução do muro de vedação e suporte de terras, em alvenaria de pedra, no prédio onde está a ser construído o Lar de idosos, cuja estimativa orçamental é de 18.916,28 € (dezoito mil novecentos e dezasseis euros e vinte e oito cêntimos).-----

Considerando que a reconstrução do muro insere-se nas obras de construção do referido Lar, promovidas pela referida associação;-----

Considerando que o referido muro confronta com as habitações sociais de S. Martinho do Campo;-----

Considerando que o muro nas condições em que se encontra ameaça ruína, pondo em causa os utilizadores das referidas habitações sociais;-----

Considerando as atribuições dos Municípios no domínio da acção social;-----

Considerando que compete às Câmaras Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conceder apoios com vista à prossecução de obras de interesse público.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a Câmara deliberasse atribuir à Associação de Solidariedade Social de S. Martinho do Campo, para aqueles efeitos, um subsídio no montante de 18.916,28 € (dezoito mil novecentos e dezasseis euros e vinte e oito cêntimos) a pagar à medida da execução da obra.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3268/2010, de dois

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 19 Fl. 56
08 de Setembro de 2010

do corrente mês de Setembro.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes três assuntos:-----

- **Proposta de Atribuição de Prémios de Mérito Escolar 2009/2010**-----

- **Proposta de Celebração de Contrato – Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Futebol Clube Tirsense: Aprovação da respectiva minuta.**-----

- **Contrato de Empreitada: “PRU – Percurso nas Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da frente do Rio em Santo Tirso”: decisão de adjudicação**-----

Também pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi ao abrigo da mesma disposição legal, solicitado que o executivo camarário reconhecesse a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto:-----

- **Proposta de fornecimento gratuito de manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico.**-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes pontos da presente acta.-----



**17. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR
2009/2010.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Em conformidade com o regulamento aprovado por deliberação camarária de três de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois, homologada pela Assembleia Municipal por deliberação de trinta de Dezembro do mesmo ano, e alterado por deliberação do mesmo órgão de vinte e sete de Setembro de dois mil e quatro, e ainda de acordo com as indicações fornecidas pelas escolas do Concelho, conforme informação da Divisão de Educação de dez de Agosto findo.-----

Proponho a atribuição dos Prémios de Mérito Escolar, para o ano lectivo de 2009/2010, aos alunos abaixo identificados, no valor total de 9 750,00 € (nove mil setecentos e cinquenta euros) sendo de 150 € (cento e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 6º ano de escolaridade, 250 € (duzentos e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 9º ano de escolaridade, 300 € (trezentos euros), para cada um dos alunos do 10º ano de escolaridade, 350 € (trezentos e cinquenta euros), para cada um dos alunos do 11º ano de escolaridade, e 400 € (quatrocentos euros), para cada um dos alunos do 12º ano de escolaridade.-----

6º Ano de Escolaridade:

- ⇒ André Sousa Fernandes – Colégio de Lourdes
- ⇒ Rita Sineiro Andrade Aroso Duarte – Colégio de Santa Teresa de Jesus
- ⇒ Andreia Nunes Moreira – E.B. 2/3 de S. Rosendo
- ⇒ Maria João Lopes Matos – E B I S. Martinho do Campo
- ⇒ Bárbara Rita Ferreira Freitas – E B 2/3 de Vila das Aves
- ⇒ Maria Inês Vaz Rosário – E.B.2/3 de Agrela
- ⇒ Ana Filipa Fonseca da Silva – Instituto Nun'Alvres

9º Ano de Escolaridade:

- ⇒ Inês Guimarães Fonseca – Colégio de Lourdes



- ⇒ **Ana Margarida Gonçalves Silva Neto** – Colégio de Santa Teresa de Jesus
- ⇒ **Ana Catarina Gomes Silva** – E.B.2/3 de S. Rosendo
- ⇒ **Angela Catarina Martins Pereira** – E B I de S. Martinho do Campo
- ⇒ **Joana Isabel Cunha Martins** – E B 2/3 de Vila das Aves
- ⇒ **Nuno Alexandre Moreira Rosário** – E.B. 2/3 de Agrela
- ⇒ **Luísa Ribeiro Machado** – Instituto Nun' Alvres
- ⇒ **Rui Pedro Fernandes Rocha** – Escola Secundária Tomaz Pelayo
- ⇒ **Filipa Branco Fânzeres de Castro** – Escola Secundária D. Dinis
- ⇒ **Renata Sofia Coelho Magalhães** – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- ⇒ **Fátima Andreia Ferreira Pereira** – Escola Profissional de Serviços Cidenai

10º Ano de Escolaridade:

- ⇒ **Maria Inês Barbosa da Costa** – Instituto Nun' Alvres
- ⇒ **Ricardo Filipe Silva Ribeiro** – Escola Secundária Tomaz Pelayo
- ⇒ **Catarina do Vale Gonçalves** – Escola Secundária D. Dinis
- ⇒ **Diogo José Martins Lopes** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
- ⇒ **Carina Raquel Gomes Ferreira** – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- ⇒ **Filomena Carvalho Gonzaga** – Escola Profissional de Serviços Cidenai

11º Ano de Escolaridade:

- ⇒ **Ana Rita Saldanha Ramos** – Instituto Nun' Alvres
- ⇒ **Guilherme Moreira Aresta** – Escola Secundária Tomaz Pelayo
- ⇒ **Cristiana Sofia Ferreira Carneiro** - Escola Secundária D. Dinis
- ⇒ **Jéssica Andreia Freitas Costa** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
- ⇒ **Diana Elisabete da Silva Pereira** – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- ⇒ **Liliana Rute Martins Andrade** – Escola Profissional de Serviços Cidenai

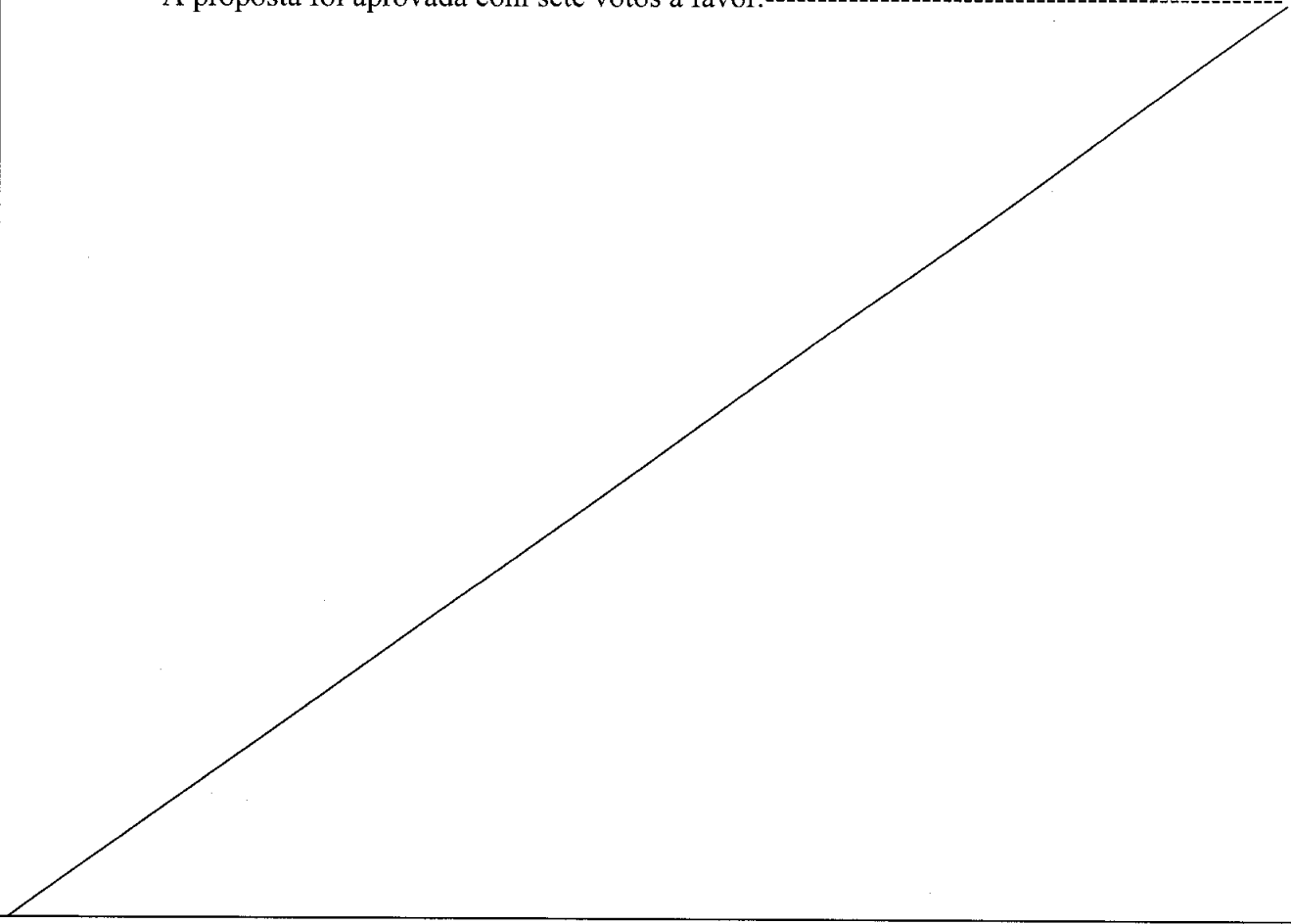
12º Ano de Escolaridade:



- ⇒ **Isabel Barros de Sousa** – Instituto Nun'Alvres
- ⇒ **Rosana Pereira Dias** – Escola Secundária Tomaz Pelayo
- ⇒ **Ariana Raquel Carvalho da Silva** – Escola Secundária D. Dinis
- ⇒ **Pedro Miguel Machado Leal** – Escola Secundária D. Afonso Henriques
- ⇒ **Luis Carlos Machado Gouveia** – Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento
- ⇒ **Patrícia Raquel Alves Moreira** – Escola Profissional de Serviços Cidenai

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040802, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3319/2010, de sete do corrente mês de Setembro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





18. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE: APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA.-----

Presente ofício de um de Setembro de dois mil e dez, do Futebol Clube de Tirsense, registado com o número nove mil setecentos e cinquenta e seis, a remeter o Programa de Desenvolvimento Desportivo do Futebol Clube Tirsense a prosseguir por aquela instituição desportiva no segundo semestre do corrente ano e a solicitar o apoio da Câmara para a sua prossecução, mediante a celebração de um Contrato-Programa.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Futebol Clube Tirsense tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social, I.P. em dezoito de Maio último e tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida pelo Serviço de finanças de Santo Tirso no dia oito do corrente mês de Setembro;-----

Considerando que o Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado merece apoio do Município;-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 200.000,00 € (duzentos mil euros) para apoiar a prossecução do referido Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XIII, composto por seis folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



19. CONTRATO DE EMPREITADA: “PRU – PERCURSO NAS MARGENS DO AVE – RENATURALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE DO RIO EM SANTO TIRSO”: DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO.-----

Presente o procedimento de concurso da empreitada acima referida, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação camarária de vinte e quatro de Fevereiro último (item doze da respectiva acta).-----

Do processo consta informação da Divisão de Vias, de sete do corrente mês de Setembro, registada com o número nove mil oitocentos e vinte, a comunicar que no período de audiência prévia, realizada nos termos das disposições conjugadas dos artigos 123º e 147º do Código dos Contratos Públicos, foram apresentadas reclamações pelas sociedades Construções Gabriel A.S. Couto Alves, S.A - concorrentes nº3.; Sá Machado & Filhos, S.A. - Concorrente nº8; Irmãos Cavaco, S.A. em consórcio com Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A - Concorrente nº 10; Aurélio Martins Sobreiro & filhos, S.A. - Concorrente nº 11 , as quais foram consideradas improcedentes pelo júri do concurso, conforme fundamentação constante do relatório final datado de sete do corrente mês de Setembro, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

Ao concurso apresentaram-se os seguintes concorrentes:-----

- Concorrente nº 1 – Monte Adriano – Engenharia e Construção, S.A. - com proposta no valor de 4.560.820,00 € (quatro milhões quinhentos e sessenta mil oitocentos e vinte euros);-----

- Concorrente nº 2 – Consórcio entre as sociedades OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. e Construções Metálicas – Socometal, S.A. - com proposta no valor de 4.455.197,17 € (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e sete euros e dezassete centimos);-----

- Concorrente nº 3 – Construções Gabriel A.S. Couto, S.A - com proposta no valor de 3.924.459,86 € (três milhões novecentos e vinte quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e oitenta e seis centimos);-----



- Concorrente nº 4 — Consórcio entre as sociedades DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A, CARI – Construtores, S.A., Bysteel, S.A. - com proposta no valor de 4.233.700,82 € (quatro milhões duzentos e trinta e três mil e setecentos euros e oitenta e dois cêntimos);-----

- Concorrente nº 5 – Consórcio entre as sociedades GUEDOL – Engenharia, S.A. e EMPRIMAR – Obras Públicas e Privadas, S.A. - com proposta no valor de 4.088.800,00 € (quatro milhões e oitenta e oito mil e oitocentos euros);-----

- Concorrente nº 6 – Consórcio entre as sociedades Norlabor – Engenharia e Construção, S.A. e Edilages, Lda. - com proposta no valor de 3.746.187,52 € (três milhões setecentos e quarenta e seis mil cento e oitenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos);-----

- Concorrente nº 7 – Consórcio entre as sociedades Santana & C.ª S.A. e SOCOPUL – Sociedade de Construções e Obras S.A. -Excluído;-----

- Concorrente nº 8 – Sá Machado & Filhos, S.A- com proposta no valor de 4.344.434,90 € (quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos);-----

- Concorrente nº 9 - Consórcio entre as sociedades Manuel Rodrigues Gouveia, S.A. e OIKOS – Construções S.A. - Excluído;-----

- Concorrente nº 10 - Consórcio entre as sociedades Irmãos Cavaco, S.A e Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A- Excluído;-----

- Concorrente nº 11 - Consórcio entre as sociedades Aurélio Martins Sobreiro & filhos, S.A. e Antunes e Durães – Construções Lda - Excluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara municipal, de harmonia com o disposto no nº4 do artigo 148º do referido Código, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final do júri do concurso e, com a fundamentação constante do mesmo, deliberasse adjudicar a empreitada em causa ao concorrente nº 4 – Consórcio entre as sociedades DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A, CARI – Construtores, S.A. e Bysteel, S.A, pelo preço de 4.233.700,82 € (quatro milhões duzentos e trinta e três mil e setecentos euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA,

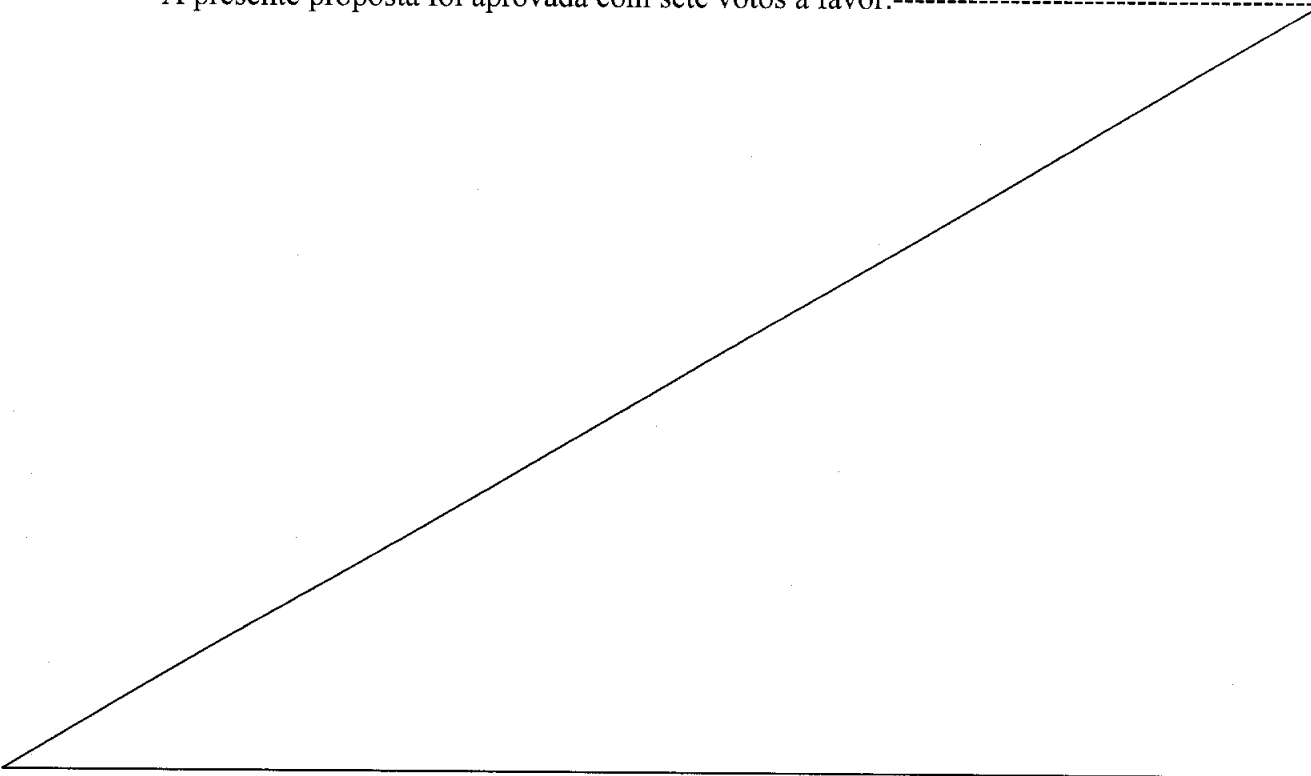


notificando-se consequentemente a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos.-----

O prazo de execução da obra é de quatrocentos e cinquenta e cinco dias, a contar da data da respectiva consignação.-----

As despesas com a adjudicação da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010405, na qual ficou cativa a importância de 1.067.800,57 € (um milhão e sessenta e sete mil e oitocentos euros e cinquenta e sete cêntimos), conforme propostas de cabimento números 620/2010 e 1602/2010, cabimentadas em dezanove de Fevereiro de dois mil e dez e vinte de Abril de dois mil e dez, respectivamente, correspondente à estimativa dos encargos a suportar no ano económico em curso, atendendo, nomeadamente, ao prazo de execução da obra e respectivo Plano de Trabalhos, sendo o restante a cabimentar no início do próximo ano económico.-----

A presente proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





20. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MANUAIS ESCOLARES A TODOS OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o actual quadro de dificuldades que atingiu todas as famílias que vêm a perder poder de compra e que o custo com os manuais, nesta altura, se traduz num esforço acrescido para as famílias;-----

Considerando que, nomeadamente, as crianças não devem ser discriminadas, propomos que devem ser facultados, gratuitamente, todos os manuais do 1º ciclo do ensino básico.-----

A proposta foi reprovada com dois votos a favor e cinco contra dos vereadores inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Social democrata, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do PSD votaram favoravelmente a proposta por si apresentada não só porque se mantêm válidos os considerandos da mesma, mas também pelo alcance social da mesma e pelo reduzido valor que não ultrapassará os 100.000 €. Valores comportáveis ou mais que comportáveis e que não alteram de forma significativa e substantiva o orçamento da câmara.-----

Lamentamos que os Senhores Vereadores do PS não tenham careado para esta proposta a sensibilidade social que está subjacente”.-----

Pelos Senhores Vereadores inscritos na lista do Partido Socialista, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Não votamos favoravelmente a proposta apresentada, porque, dentro das acções da área da educação, temos muitas iniciativas que dão um contributo para a resolução dos problemas das famílias e dos alunos. E também porque:-----

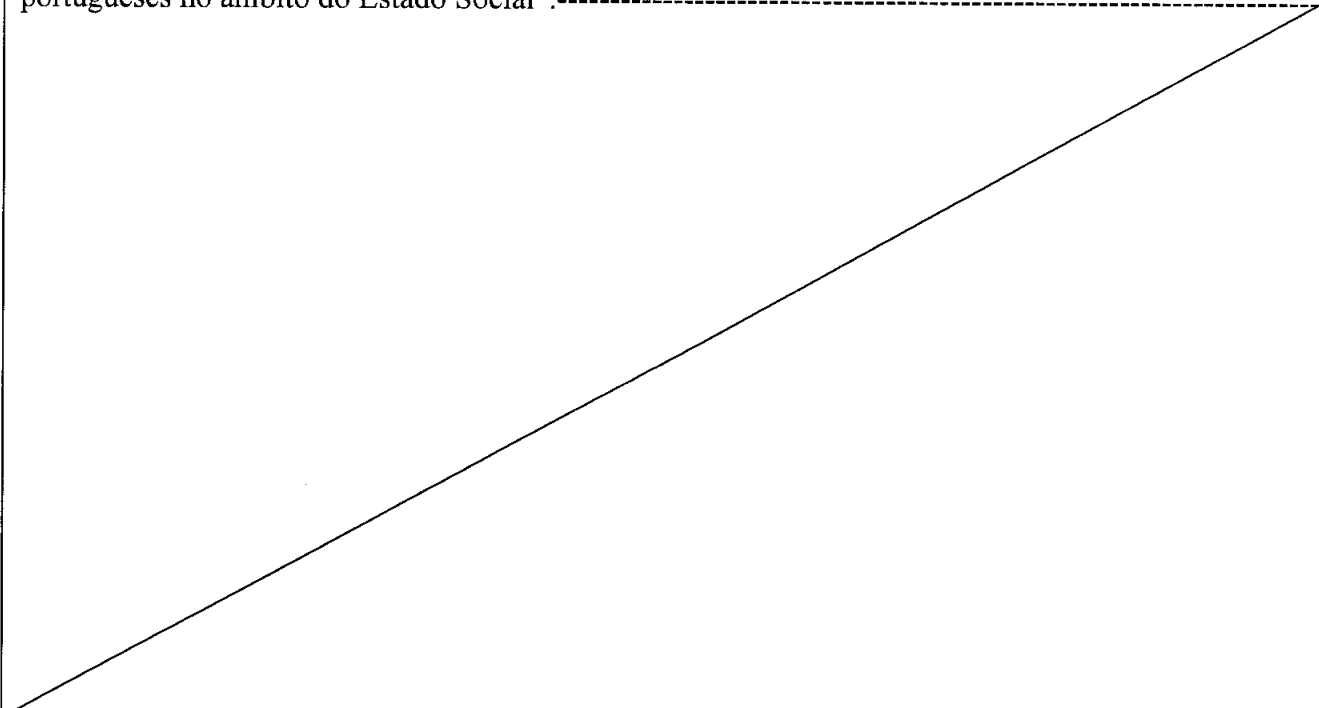


1º O investimento na área educativa no campo da acção social escolar, dos transportes escolares, das refeições em todas as escolas do concelho, representam anualmente um investimento que é conhecido e que não pode ser substituído.-----

2º Temos vindo a actuar concretamente no cumprimento da legislação em vigor e ultrapassando mesmo a referida legislação, apoiando 1.100 alunos carenciados (os do escalão A com 50,00€ e os do escalão B com 25,00 € para os manuais escolares), envolvendo já esta iniciativa um valor de 43.000,00 € .-----

Recordamos que, nos termos legais, a atribuição destes subsídios é feita de acordo com declarações justificativas, emitidas pela Segurança Social que distingue, claramente, o que são carenciados e não carenciados.-----

Sobre questões laterais, mesmo de carácter, o que é perfeitamente inconcebível, não recebemos lições de quem ainda recentemente apresentou propostas públicas na área da escola pública e da acção social, em sede da revisão da constituição que visam acabar com os direitos dos portugueses no âmbito do Estado Social”.-----





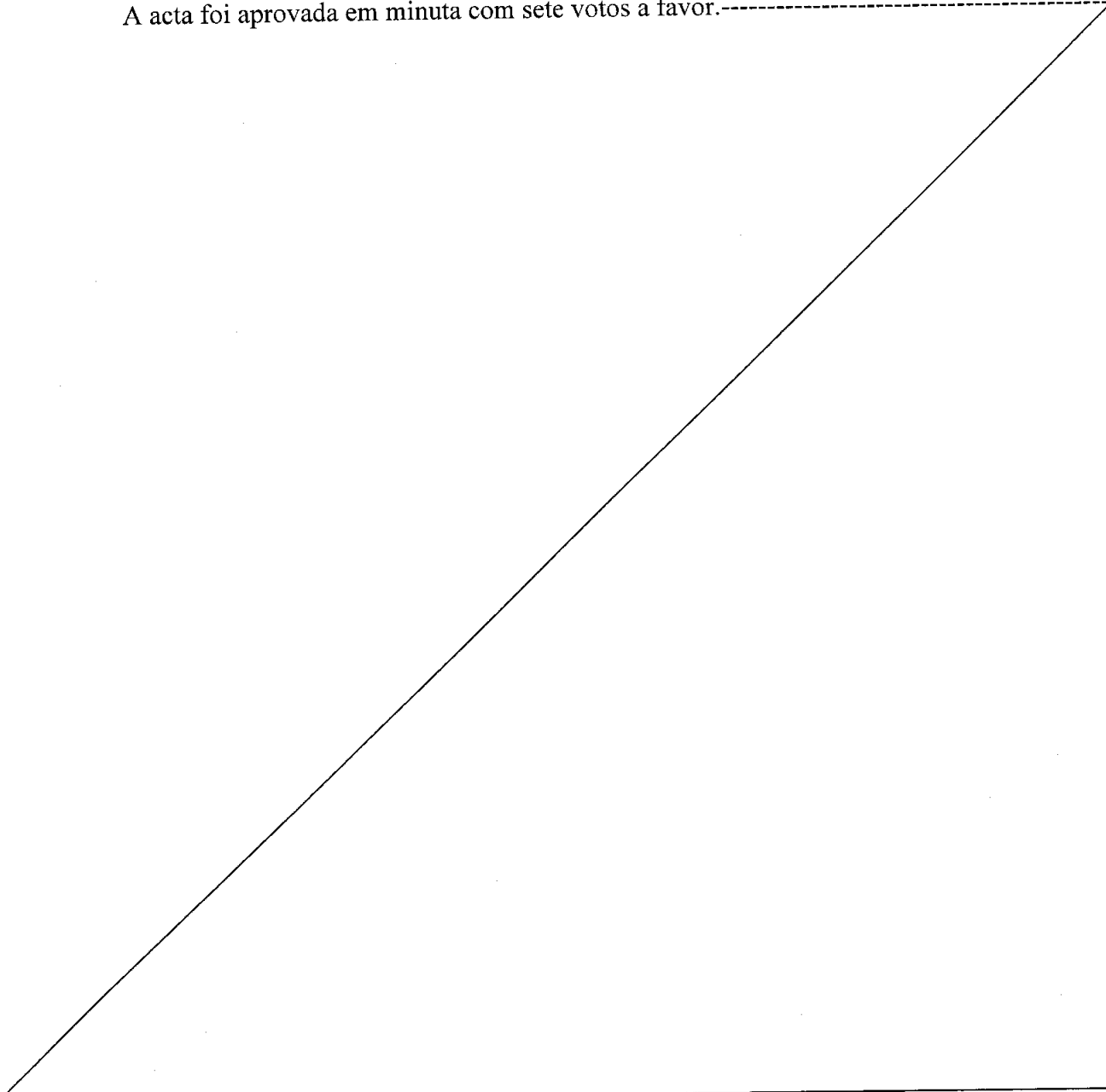
Acta N.º 19 Fl. 67
08 de Setembro de 2010

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

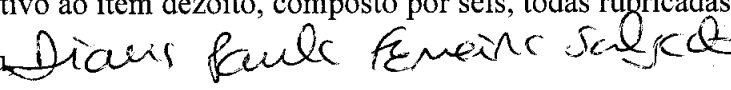
A acta foi aprovada em minuta com sete votos a favor.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: doze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e oito folhas e treze documentos anexos, Anexo I relativo ao item três, composto por vinte folhas; Anexo II relativo ao item quatro, composto por onze folhas, Anexo III relativo ao item seis folhas, composto por dez folhas, Anexo IV relativo ao item sete, composto por sete folhas, Anexo V relativo ao item oito, composto por nove folhas, Anexo VI relativo ao item onze, composto por quatro folhas, Anexo VII relativo ao item treze, composto por cinco folhas, Anexos VIII, IX, X, XI e XII relativos ao item catorze, composto por cinco folhas cada e Anexo XIII relativo ao item dezoito, composto por seis, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 22/09/2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas trinta e uma da respectiva minuta).-----

A Secretária 